



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90053/2026

Registro de Preços (Lei 14.133/2021)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/022152	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO DO LOTE ÚNICO	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: NÃO		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017.		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL pela licitação	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	
ÓRGÃOS PARTICIPANTES (art. 19 da Resolução CNJ nº 347/2020)	Não há	
OBJETO		
Constituição de Sistema de Registro de Preços para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado portáteis, para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com entrega nos locais informados no item 7 do Anexo I, que constituem um Lote Único, conforme especificações constantes que integram este Edital e seus Anexos.		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
www.compras.gov.br	28/05/2026	11:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL		
O Edital está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no Portal de Compras do Governo Federal – (www.compras.gov.br)		

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357
Provimento nº 100/2024	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/219767
Instrução Normativa nº 06/2024	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/218008
Instrução Normativa nº 17/2025	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240
Resolução CNJ nº 7/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187
Resolução CNJ nº 9/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189
Resolução CNJ nº 181/2013	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873
Resolução CNJ nº 229/2016	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300
Resolução CNJ nº 347/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518
Resolução CNJ nº 351/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará a licitação na modalidade **“PREGÃO”**, na forma **“ELETRÔNICA”**, critério de julgamento **“MENOR PREÇO”**, modo de disputa **“ABERTO”**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023, Provimento nº 100/2024 e Instruções Normativas nº 06/2024 e 17/2025 desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

- Anexo I** — Termo de Referência
- Anexo I-A** — Especificações Técnicas
- Anexo I-B** — Mapa das Regiões Administrativas Judiciárias
- Anexo I-C** — Locais de Entrega - TJSP
- Anexo I-D** — Modelo de Proposta
- Anexo I-E** — Termo de Garantia
- Anexo I-F** — Declaração de Conhecimento
- Anexo II** — Declaração Unificada – Lei nº 14.133/2021
- Anexo III** — Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
- Anexo IV** — Catálogo de Materiais (CatMat)
- Anexo V** — Relatório do Resultado da Pesquisa de Preços

- Anexo VI** — Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo VII — Minuta do Contrato a ser celebrado

1. DO OBJETO

- 1.1.** O objeto desta licitação é a constituição de **Sistema de Registro de Preços** para a aquisição de **aparelhos de ar-condicionado portáteis**, para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com entrega nos locais informados no **item 7** do **Anexo I**, que constituem um **Lote Único**, conforme especificações constantes que integram este Edital e seus **Anexos**.
- 1.2.** **Catálogo de Materiais (CatMat):** conforme **Anexo IV**.
- 1.3.** A Detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a executar as Autorizações de Fornecimento/Contratos que poderão advir, expedidas pela(s) **Contratante(s)**, até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta, conforme **Anexo I-D – Modelo de Proposta**.
- 1.4.** Fica vedada a adesão por órgãos não participantes à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos exclusivamente para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 1.5.** A licitação será realizada em **Lote Único**, formado por dois itens, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo I**), **devendo** o licitante oferecer proposta para os itens que o compõem, conforme Modelo de Proposta (**Anexo I-D**).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**).
- 2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo II**.
- 2.6.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 3.1.1.** Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.1.2.** Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição.

- 3.1.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:
- 3.1.3.1.** impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;
 - 3.1.3.2.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
 - 3.1.3.3.** licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.1.4.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.1.5.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- 3.1.6.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.1.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Os preços unitários e totais por item e o valor total do **Lote Único**:

4.2.1.1. No preço unitário deverá ser considerada a isenção do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, nos termos do art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços do Estado de São Paulo, ou seja, sem a carga tributária do ICMS;

4.2.1.2. O valor equivalente à isenção do ICMS, a que se refere o art. 55, do Anexo I do mencionado Regulamento, obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento.

4.2.1.3. O instituto da isenção do ICMS não se aplica nos casos de:

4.2.1.3.1. Aquisição de bens ou mercadorias de fornecedores domiciliados fora do Estado de São Paulo;

4.2.1.3.2. Aquisição de bens, mercadorias e prestações de serviços adquiridos com o ICMS retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição tributária;

4.2.1.3.3. Aquisição de bens ou mercadorias importadas que possuam similares produzidos no Brasil.

4.2.2. A empresa poderá indicar até 3 (três) marcas/modelos **para cada item do Lote Único** para o Registro de Preços.

4.2.2.1. Todas as marcas/modelos indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes do Edital e seus Anexos (item 3.6.2 do **Anexo I – Termo de Referência**).

- 4.2.3.** Confirmar via *chat* de que concorda com o prazo de validade da proposta (item 4.18 do edital), prazo de entrega (item 8.1 do **Anexo I – Termo de Referência**) e prazo de pagamento (item 10.5.5 do **Anexo I – Termo de Referência**) estabelecidos no edital, se solicitado(a) pelo(a) pregoeiro(a).
- 4.2.4.** Em atendimento ao item 5.7.2, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance, de acordo com o **Lote Único**:
- 4.2.4.1.** Indicação do prazo de garantia, que não poderá ser inferior ao solicitado no item 6.2 do **Anexo I**;
- 4.2.4.2.** Planilha, conforme modelo do **Anexo I-D** (Modelo de Proposta); e
- 4.2.4.3.** Termo de Garantia, conforme modelo do **Anexo I-E** (Termo de Garantia), nos termos dos itens 3.6.3, 3.6.3.1, 6.3.3 e 6.3.6 do **Anexo I**.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da

Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 4.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **subitens 4.3 a 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 4.9** não terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação.

- 4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14.** Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar os valores dos itens que irão compor o **VALOR GLOBAL do Lote Único**, conforme planilha de composição de preços – **Anexo I-D**.
- 4.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 4.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 4.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 4.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 4.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 4.21.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.22.** No momento a que se refere o **item 4.2.4**, deverão ser indicadas as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:
- 4.22.1.** Da empresa:
- a) Número do CNPJ;
 - b) Razão Social;
 - c) Endereço completo;

- d) Telefone(s) comercial;
- e) E-mail comercial; e,
- f) Dados bancários: Banco do Brasil S.A., agência e número da conta corrente.

4.22.2. Do(s) representante(s):

- a) Nº do CPF;
- b) Nome completo;
- c) e-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador; e
- f) Se é signatário do contrato.

4.23. A(s) planilha(s) eletrônica(s) disponibilizada(s) no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo Federal é (são) de uso facultativo. No entanto, o licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com o **Anexo I-D**, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. Da abertura da sessão pública

- 5.1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.2. Da formulação de lances

- 5.2.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item e com julgamento e adjudicação considerando o **VALOR GLOBAL do Lote Único**.

- 5.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser em conformidade com o **Anexo I-D – Modelo de Proposta**.
- 5.2.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.2.7. O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.2.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.2.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.2.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.2.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.2.12. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.2.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 5.2.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte

- 5.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 5.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor

inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.3.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.3.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4. Do critério de desempate

5.4.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.4.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.4.2.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.4.2.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.4.2.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.4.2.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.4.2.5. persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- b)** empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.4.2.6. caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados, antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.

5.4.2.7. será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

5.5. Da negociação

5.5.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.5.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.5.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.5.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.5.5. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.5.5.1. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 5.5.5**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender

necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 5.5.6. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.6. Da classificação das propostas

- 5.6.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- 5.6.1.1. contiverem vícios insanáveis;
- 5.6.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos;
- 5.6.1.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 5.6.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- 5.6.1.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.

- 5.6.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 5.6.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

- 5.6.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.

- 5.6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.7. Da aceitabilidade do preço

- 5.7.1. A aceitabilidade da proposta para o **lote único** será aferida a partir do(s) preço(s) de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurado(s) mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não poderá ser superior ao **valor total do Lote Único de R\$ 11.922.580,00** (onze milhões novecentos e vinte e dois mil quinhentos e oitenta reais).

- 5.7.1.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item e com julgamento e adjudicação considerando o **VALOR GLOBAL do Lote Único**, sendo que os preços unitários de cada item não poderão ser superiores ao previsto em Edital e estimado pela Administração, conforme **Anexo I-D** – Modelo de Proposta.
- 5.7.2.** Para verificação de aceitabilidade, caso ainda não os tenha, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar os preços unitários e totais por item do Lote Único, com valores adequados ao preço final ofertado, e os documentos e informações mencionados no **item 4.2**, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
- 5.7.3.** O prazo para envio das informações será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
- 5.7.4.** Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará os preços apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.
- 5.7.4.1.** Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 5.7.4.2.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Dos documentos de habilitação jurídica:

- 6.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 6.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos(as) atuais administradores(as) ou dirigentes;

- 6.1.3. No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- 6.1.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 6.1.5. No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 6.1.6. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.2. **Dos documentos de qualificação técnica:**
- 6.2.1. Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no item 15 do **Anexo I**.
- 6.2.2. Os atestados relativos à qualificação técnico-profissional e operacional, poderão ser oriundos de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 6.2.3. Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a produtos ofertados no âmbito do objeto social especificado no contrato social vigente, devidamente registrado, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 6.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 6.2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.2.6. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou a sua Equipe de Apoio, promover diligências destinadas a averiguar a veracidade das informações constantes dos atestados.

6.2.7. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

6.2.7.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

6.2.7.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

6.2.7.2.1. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

6.3. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

6.3.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação –

ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.3.4. Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

6.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Dos documentos de qualificação econômico-financeira

6.4.1. A licitante deverá comprovar que possui boa situação financeira, considerando-se aquela que não esteja em regime falimentar e possua, de acordo com o **nível 5** de aferição previsto pela Instrução Normativa nº 17/2025 deste TJSP:

6.4.1.1. patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do **valor estimado da contratação**, em relação ao último exercício social;

6.4.1.2. capital circulante líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do **valor estimado da contratação**, em relação ao último exercício social; e

6.4.1.3. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), em relação aos dois últimos exercícios sociais.

6.4.2. A comprovação deverá ser feita mediante:

- 6.4.2.1.** Apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado, já exigíveis e apresentados na forma das Leis nº 6.404/76, 10.406/02 e 8.934/1994, Decretos nº 1.800/1996 e 8.683/2016 e demais normas pertinentes, devidamente assinados(as) por contador(a) ou por profissional equivalente e pelo(a) representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente autenticado.
- 6.4.2.1.1.** O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em relação aos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 6.4.2.1.2.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 6.4.2.2.** A licitante que transmite a Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) poderá fazer a comprovação de autenticação mediante a apresentação do respectivo recibo de entrega.
- 6.4.2.3.** Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração e memória de cálculo, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos para a contratação.
- 6.4.3.** O cálculo dos indicadores relacionados no **item 6.4.1** poderá ser realizado com base na documentação contábil:
- 6.4.3.1.** do último exercício social, no caso de a empresa ter sido constituída há menos de dois anos;
- 6.4.3.2.** da abertura, no caso de a entidade interessada ter sido constituída no exercício financeiro da licitação ou no que a antecedeu, sendo que, no último caso, somente será admitida se porventura as demonstrações contábeis do exercício anterior não forem exigíveis

nos termos da legislação e do marco temporal estabelecido no edital/contrato.

- 6.4.4.** Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

6.5. Outros documentos:

- 6.5.1.** Declaração Unificada (Modelo do **Anexo II**).

6.6. Da autenticidade dos documentos:

- 6.6.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Pregoeiro(a), mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- 6.6.2.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.7. Do julgamento de habilitação

- 6.7.1.** Os documentos previstos no Edital (e seus Anexos), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo II** (Declaração Unificada).
- 6.7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 6.7.5.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 6.7.6.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.7.6.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 6.7.7.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 6.7.7.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 6.7.8.** A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 6.7.8.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).
- 6.7.8.1.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 6.7.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 6.7.9.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 6.7.9.1.** Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 6.7.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 6.7.10.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 6.7.10.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 6.7.11.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 6.7.12.** Na hipótese de ocorrerem indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.
- 6.7.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 6.7.8.1.1.**
- 6.7.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 6.7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

- 6.7.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.
- 6.7.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 6.7.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.7.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.7.18.2.** A sessão pública será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.3.** Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.4.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.
- 6.7.19.** Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

6.8. Considerações gerais

- 6.8.1.** A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.
- 6.8.2.** As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.
- 6.8.3.** As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

7. DO RECURSO

- 7.1.** As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.compras.gov.br
 - 7.1.1.** Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: gpac@tjsp.jus.br
 - 7.1.2.** Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.
- 7.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.
- 7.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 7.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 7.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 7.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.

- 7.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 7.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.10.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: licitacoes@tjsp.jus.br.
- 7.11.** A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 7.12.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 9.1.** Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

- 9.2.** A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:
- 9.2.1.** No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
 - 9.2.2.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

- 10.1.** Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, através do **Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo* – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame.
- 10.1.1.** Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações em qualquer outro e-mail ou link.
 - 10.1.2.** A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.
 - 10.1.3.** A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
 - 10.1.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.1.5.** Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Do prazo de assinatura

11.1.1. Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a Ata de Registro de Preços e o **Anexo III** - Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados da Ata, bem como os Contratos que poderão advir, por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.1.1.2. O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá **possuir o certificado digital (e-CPF) válido**.

11.1.1.3. Na impossibilidade da Ata de Registro de Preços e o **Anexo III** e/ou Contrato serem assinados eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, o licitante vencedor será convocada para assiná-los fisicamente.

11.1.1.4. O licitante vencedor deverá informar na proposta, no momento a que se refere o **item 4.2.4**, o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, do **Anexo III** e dos Contratos que poderão advir.

11.1.1.5. O licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo III**, por meio de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.

11.1.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

- 11.1.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.1.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.2. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

- 11.2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será conforme o **item 3.7.1** do **Anexo I**.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
 - 12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 12.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 12.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 12.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 12.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 12.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DAS CONTRATAÇÕES

- 13.1.** Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.
 - 13.1.1.** O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 - 13.1.2.** O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
 - 13.1.3.** O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
 - 13.1.4.** Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

- 13.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 13.3.** Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados nos termos do **CAPÍTULO I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em sua atual redação.
- 13.4.** Deverá conter no Contrato ou instrumento equivalente para execução do objeto:
- 13.4.1.** Local de entrega;
 - 13.4.2.** Número do Registro de Preços;
 - 13.4.3.** Valor da despesa;
 - 13.4.4.** Prazo de entrega dos produtos;
 - 13.4.5.** Descrição e quantificação dos produtos; e
 - 13.4.6.** Recursos orçamentários que serão onerados pela despesa correspondente (cópia da Nota de Empenho).
- 13.5.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, as quais serão verificadas pelo Tribunal de Justiça antes da assinatura do contrato, eletronicamente, via sítios oficiais na internet.
- 13.6.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 13.7.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 13.8.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e

Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

13.9. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

13.9.1. Sicaf;

13.9.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

13.9.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

13.9.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

13.9.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

13.9.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

13.9.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

13.9.8. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

13.10. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

13.11. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

13.11.1.1. sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

13.11.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

13.11.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

13.11.2. Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento), ou mais, do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante, para conhecimento e análise, em conformidade com o **item 13.11**, e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização do termo aditivo na hipótese de que trata o **item 13.11.1.**

13.12. Do prazo de vigência do contrato

13.12.1. Os inícios e prazos de vigência dos contratos serão em conformidade como **item 3.8** do **Anexo I**.

13.12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

13.12.2.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.13. Do prazo e do local de entrega do objeto

13.13.1. A contratada deverá entregar os produtos em conformidade com o estabelecido neste Edital, e no prazo indicado no **item 8** do **Anexo I**.

13.13.2. A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais indicados no **item 7.1** do **Anexo I**, correndo por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários,

decorrentes da entrega.

13.14. Do reajuste do Contrato

13.14.1. O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **24/02/2026**, conforme item 3.7 do **Anexo I**.

13.15. Do equilíbrio econômico-financeiro

13.15.1. O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

13.16. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020

13.16.1. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.

13.16.2. Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

13.16.2.1. Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

13.16.2.2. Nome da empresa contratada;

13.16.2.3. Descrição sucinta dos acontecimentos.

13.16.3. A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br.

13.16.4. A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557.

13.16.5. Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

13.17. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados

13.17.1. Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo III**).

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 14.1.** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 14.2.** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo I**.
- 14.3.** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo I**.
- 14.4.** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(a) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 14.5.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.
- 14.6.** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:

- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
- b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração;
- c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.

14.7. Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1.** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 15.2.** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 15.3.** Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 15.4.** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1.** O prazo para pagamento será em conformidade com o item 10.5.5 do **Anexo I**.
- 16.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.

- 16.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 16.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 16.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 16.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **item 16.2**.
- 16.5.2.** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo da ata de registro de preços/contrato.
- 16.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, na ata de registro de preços/contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **item 16.1** será interrompido.
- 16.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 16.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.

- 16.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 16.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 16.7.** Deverão ser observadas as regras adicionais específicas de condições de pagamento previstas no item 10.5, em consonância com o item 10.8, todos do **Anexo I**.
- 16.8.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 16.9.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 4.4.90.52.34 – Fonte 275530001.

17. DAS SANÇÕES

- 17.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 17.2.** Em caso de ocorrência, as sanções serão procedidas conforme descrito no item 10.9 do **Anexo I** – Termo de Referência.
- 17.3.** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar

impedido de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

17.4. A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibida de licitar e contratar, através da declaração de inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.4.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do **item 17.3**, também sofrerão a sanção mencionada no **item 17.4**.

17.5. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.6. Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.

17.7. O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.

17.8. Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 18.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 18.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos www.tjsp.jus.br e www.compras.gov.br
- 18.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 18.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 18.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

- 18.5.3.** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 18.5.4.** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

19. DO FORO

- 19.1.** Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa

Coordenadora de Licitações e Compras
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes

Diretor de Licitações e Suprimentos
SAAB 5

Pregão Eletrônico nº 90053/2026

ANEXO	DESCRIÇÃO	FLS.
Anexo I	Termo de Referência	43 a 59
Anexo I-A	Especificações Técnicas	60
Anexo I-B	Mapa das Regiões Administrativas Judiciárias	61
Anexo I-C	Locais de Entrega - TJSP	62 a 67
Anexo I-D	Modelo de Proposta (1)	68
Anexo I-E	Termo de Garantia	69 a 71
Anexo I-F	Declaração de Conhecimento	72
Anexo II	Declaração Unificada – Lei nº 14.133/2021	73
Anexo III	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados	74 a 76
Anexo IV	Catálogo de Materiais (CatMat)	77
Anexo V	Relatório do Resultado da Pesquisa de Preços	78 a 82
Anexo VI	Minuta da Ata de Registro de Preços	83 a 96
Anexo VII	Minuta do Contrato a ser celebrado	97 a 106

(1) Observação: Ver subitem 4.23 do Edital.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei 14.133/2021)

Registro de Preços

CPA Nº 2026/00017936

1. OBJETO

- 1.1. Sistema de Registro de Preços para aquisição de Aparelho de Ar-Condicionado Portátil para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Item	Código	Descrição resumida
1	12.0314	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 127 Volts
2	12.0315	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 220 Volts

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. Não será realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, tampouco será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos. Tal medida se justifica pela inexistência, no âmbito do Tribunal de Justiça, de estrutura destinada ao controle e monitoramento para o gerenciamento de Atas.
- 2.2. Esta licitação será gerenciada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e não terá órgão participante por falta de interesse.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

3.1. Natureza do Objeto:

- 3.1.1. A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de materiais permanentes, novos e sem uso anterior, com características e padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo Edital de Licitação, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Aquisição de itens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133):

- 3.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.3. Quantitativo (art. 82, inc. I, II e IV da Lei nº 14.133):

Lote Único:

Item	Código	Descrição resumida	Quant. máxima TJSP
1	12.0314	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 127 Volts	2.500
2	12.0315	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 220 Volts	1.000
TOTAL			3.500

3.3.1. Conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), concluiu-se que a adjudicação por item acarretaria prejuízo ao ganho de escala e aumento dos custos administrativos na gestão de múltiplas Atas de Registro de Preços. Assim, foi definida a licitação por grupo de itens (lote único), por assegurar maior racionalidade administrativa, eficiência na gestão contratual e economicidade global, estando em conformidade com o disposto no art. 40, inciso V, §§ 2º, inciso I e 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as exigências previstas no art. 9º, § 1º, e no art. 10, § 1º, do Provimento TJSP nº 100/2024;

3.3.2. As quantidades totais indicadas nos quadros são as quantidades **máximas** que poderão ser adquiridas durante a vigência das Atas de Registro de Preços;

3.3.3. O licitante **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo** previsto no Edital de Licitação, obrigando-se no limite dela;

3.3.4. As quantidades indicadas para registro são estimadas, calculadas com base nas solicitações pendentes de aparelhos de ar-condicionado que aguardam adequações técnicas ou projetos de climatização, contendo margem que permita a absorção de eventuais alterações na estimativa ao longo da vigência da Ata;

3.3.5. Nos termos do art. 83, da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

3.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006):

3.4.1. Conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), concluiu-se que a atribuição de cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ocasionaria a fragmentação da contratação, com prejuízo ao ganho de

escala e aumento dos custos administrativos decorrentes da gestão de múltiplas Atas de Registro de Preços;

- 3.4.2. Portanto, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada, nesta contratação não será atribuída a cota de participação exclusiva prevista no art. 48, inciso III, da referida Lei.

3.5. **Dos preços (inc. III e VI, art. 82 da Lei nº 14133/2021):**

- 3.5.1. O preço cotado pelos licitantes será único para entrega em qualquer Município das Regiões Administrativas relacionadas no **Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas e **Anexo I-C** – Locais de entrega TJSP e deverá incluir frete e demais despesas;
- 3.5.2. Considerando o serviço de logística incluso para entrega direta em cada Unidade Administrativa, não serão admitidos preços diferentes em razão de localização, forma e local de acondicionamento, tamanho do lote, ou quaisquer outros motivos;
- 3.5.3. Para licitantes sediados no Estado de São Paulo, os preços ofertados deverão ser considerados sem a aplicação do ICMS, nos termos do art. 55 do Anexo I do RICMS, conforme previsão no edital;
- 3.5.4. Os preços registrados em Ata poderão ser revistos, mediante provocação da parte interessada, desde que ocorram fatos geradores de desequilíbrio econômico-financeiro. A revisão de preços somente será apreciada mediante justificativa detalhada que confirme a necessidade de ajuste de preço.

3.6. **Das propostas:**

- 3.6.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias;
- 3.6.2. O licitante poderá indicar até 3 (três) marcas/modelos para cada item do lote para o Registro de Preços:
- 3.6.2.1. Todas as marcas indicadas deverão atender às especificações e exigências constantes do Edital de Licitação e seus Anexos.
- 3.6.3. Quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), os licitantes deverão apresentar as propostas conforme **Anexo I-D** – Modelo de Proposta – **Lote Único** – Ar-Condicionado Portátil:
- 3.6.3.1. Juntamente com as propostas, o(a) Pregoeiro(a) solicitará a apresentação do **Anexo I-E** – Termo de Garantia, previsto no item 6.3.1.1.

3.7. **Prazo da Ata de Registro de Preços:**

3.7.1. O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021:

3.7.1.1. As Atas de Registro de Preços serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estabelecido no art. 94, inc. I da Lei nº 14.133/2021, considerando-se ainda o constante no §1º do mesmo artigo, se o caso.

3.7.2. As quantidades das parcelas serão definidas e solicitadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, considerando a necessidade e disponibilidade orçamentária;

3.7.3. Em caso de prorrogação da vigência da Ata, será observado o que segue:

3.7.3.1. Os preços registrados poderão ser reajustados com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores à data do orçamento estimado;

3.7.3.2. Nos termos do Provimento CSM nº 100/2024, art. 28, §3º, as quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.

3.8. Prazo do Contrato (art. 84 da Lei 14.133/2021):

3.8.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato pela DETENTORA/CONTRATADA.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

4.1. A contratação visa minimizar as temperaturas internas nos Gabinetes onde é inviável a utilização de outros tipos de equipamentos condicionadores de ar e nos setores elegíveis das Unidades Administrativas e Judiciais que aguardam a elaboração e/ou aprovação de projetos para a climatização dos ambientes de trabalho que surge em função das altas temperaturas nos ambientes de trabalho que aguardam a elaboração e/ou aprovação de projetos de climatização;

- 4.2. A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 5.1. A contratação visa a aquisição de aparelhos de ar-condicionado portátil para minimizar as temperaturas internas e melhorar o ambiente de trabalho dentro dos Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais sem climatização efetiva. As características dos itens serão determinadas de acordo com a disponibilidade do mercado, visando facilitar a sua aquisição, utilização e instalação;
- 5.2. A especificação técnica segue no **Anexo I-A** – Especificação Técnica do Termo de Referência e foi elaborada de acordo com o mercado atual e empresas fabricantes;
- 5.3. As condições de assistência estão previstas no Termo de Referência e Termo de Garantia.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

6.1. Sustentabilidade:

- 6.1.1. Todos os produtos ofertados deverão obedecer a legislação vigente aplicável a cada categoria;
- 6.1.2. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental;
- 6.1.3. A DETENTORA/CONTRATADA deverá observar, em relação aos produtos ofertados:
- 6.1.3.1. As proibições nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, onde é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal;
- 6.1.3.2. As Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referentes ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis.

- 6.2. **Especificação da Garantia Complementar** (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021):

6.2.1. O prazo da garantia legal de 3 (três) meses previsto no Código de Defesa do Consumidor – CDC terá início a partir do ateste definitivo da nota fiscal.

6.2.1.1. Será exigida garantia complementar pelo prazo de 9 (nove) meses, a qual se iniciará automática e imediatamente após o encerramento do prazo de garantia legal, de forma contínua e sem interrupções, totalizando 12 (doze) meses de garantia.

6.2.2. Justifica-se a exigência de garantia complementar tendo em vista o valor estimado de aquisição dos itens, sendo o período total de 12 (doze) meses o mais comum oferecido pelos fabricantes e distribuidores.

6.3. Suporte técnico:

6.3.1. A Assistência Técnica, durante a garantia, deverá ser na seguinte modalidade: “no local de instalação”:

6.3.1.1. “No local de instalação”: o licitante deverá indicar, no **Anexo I-E** – Termo de Garantia, o SAC ou Assistência Técnica, com nome, endereço, e-mail e telefone, que atenderá cada Região Administrativa indicada (**Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas):

- a) Se a Assistência Técnica indicada for a mesma para todas as Regiões Administrativas, preencher somente o primeiro quadro do **Anexo I-E** – Termo de Garantia, “**PARA TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS**”;
- b) A assistência deverá ser realizada no local onde o objeto estiver instalado, com prévio agendamento.

6.3.2. O licitante poderá indicar mais de uma Assistência Técnica para a mesma Região Administrativa;

6.3.3. Se o objeto for de fabricante com ampla rede de Assistências Técnicas, o **Anexo I-E** poderá ser complementado pelo manual ou catálogo da rede de Assistências Técnicas da fabricante, desde que atenda as solicitações da forma de assistência indicada;

6.3.4. Caso a Assistência Técnica indicada não seja localizada no momento do seu acionamento, a DETENTORA/CONTRATADA será notificada e terá 3 (três) dias úteis para apresentar uma nova Assistência Técnica;

6.3.5. Caso o material apresente defeito de fabricação durante o prazo de garantia, a DETENTORA/CONTRATADA, ou a Assistência Técnica designada, deverá:

- 6.3.5.1. Realizar o agendamento da visita técnica no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contados da solicitação formal do Fiscal do Contrato.
- 6.3.5.2. Executar o reparo, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da solicitação formal do Fiscal do Contrato;
- 6.3.5.3. Realizar a substituição do equipamento, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, caso o defeito não seja sanado no prazo estabelecido ou quando o reparo se mostrar inviável tecnicamente.
- 6.3.6. O **Anexo I-E** – Termo de Garantia será solicitado pelo(a) pregoeiro(a) no momento de apresentação das propostas (**item 4.2.4.3 do Edital**).
- 6.4. **Subcontratação** (§2º, art. 122 da lei nº 14.133/2021):
 - 6.4.1. Não será admitida a subcontratação para fornecimento do objeto desta licitação.
- 6.5. **Amostra/exame de conformidade/prova de conceito:**
 - 6.5.1. Como se trata de equipamentos não confeccionados sob medida, disponibilizados amplamente no mercado por diversos fabricantes e com características técnicas suficientemente descritas em catálogo ou site oficial, não há a necessidade de solicitação de amostras.

7. LOCAIS DE ENTREGA

- 7.1. As entregas deverão ser feitas diretamente nos locais e nas quantidades a serem informados quando da assinatura do Contrato, podendo ser em qualquer Município do Estado de São Paulo (**Anexos I-B** – Mapa das Regiões Administrativas e **I-C** – Locais de Entrega TJSP):
 - 7.1.1. Na formalização de cada contrato de entrega serão disponibilizados os Anexos de locais de entrega atualizados, respeitando os limites determinados no **Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas;
 - 7.1.2. A DETENTORA/CONTRATADA deverá verificar no momento do agendamento com a Administração responsável o local e o endereço correto de entrega dos itens, podendo ser em endereço não registrado nos Anexos de Locais de Entrega, desde que sejam respeitados os limites determinados no **Anexo I-B** – Mapa das Regiões Administrativas.

8. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

8.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de entrega:

8.1.1. Caso não seja possível o cumprimento do prazo previsto no subitem 8.1, a DETENTORA/CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis antes do vencimento do prazo, apresentando justificativa devidamente fundamentada e acompanhada de documentos que comprovem a necessidade da prorrogação, podendo ser concedido prazo adicional de até 45 (quarenta e cinco) dias para a finalização das entregas, a critério do(a) Gestor(a) do contrato, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 9.1.** No início da vigência da Ata de Registro de Preços será realizada uma reunião de alinhamento com a DETENTORA/CONTRATADA informando os procedimentos de execução da Ata e as responsabilidades de todos;
- 9.2.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá agendar previamente a entrega com as Unidades Administrativas, correndo por sua conta todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento;
- 9.3.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá efetuar a entrega de acordo com as especificações deste Termo de Referência e seus Anexos, consideradas as disposições da cláusula 7 – Locais de Entrega;
- 9.4.** Os itens deverão ser novos, sem uso anterior e deverão estar embalados adequadamente durante o transporte e entrega;
- 9.5.** Quando do recebimento do material, a Unidade Administrativa efetuará a conferência visual e irá verificar as informações de marca e modelo, verificando se o item está de acordo com as especificações descritas no **Anexo I-A – Especificações Técnicas – Ar-Condicionado Portátil**, efetuando os procedimentos de recebimento provisório conforme **item 10.3**;
- 9.6.** Cada item deverá vir acompanhado de manual de instruções em português, contendo: forma de manuseio, instruções básicas de funcionamento e montagem/instalação, bem como advertências de uso e conservação;
- 9.7.** Caso haja necessidade, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de substituição de alguma das marcas registradas ou a inclusão de alguma outra marca, a DETENTORA/CONTRATADA deverá encaminhar solicitação e justificativas à Equipe de Gestão:

- 9.7.1. Poderá ser solicitada complementação das justificativas e documentação para a DETENTORA/CONTRATADA sempre que necessário;
- 9.7.2. A Equipe de Gestão verificará se as novas marcas ofertadas atendem à especificação técnica e legislação competente, se o caso, conforme previsto no Edital de Licitação e seus Anexos;
- 9.7.3. Aprovadas as novas marcas, a Equipe de Gestão notificará a DETENTORA/CONTRATADA e encaminhará à Diretoria de Contratos o parecer para o respectivo aditamento contratual.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

10.1. Área administrativas e/ou técnicas:

- 10.1.1. A gestão das Atas de Registro de Preços e respectivos contratos será exercida por servidor(a), e seu(sua) respectivo(a) suplente, lotados(as) na Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes e Controle Patrimonial, designados(as) pela E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo auxiliados(as) por uma Equipe de Gestão:
 - 10.1.1.1. O(a) gestor(a) designará os(as) Fiscais Administrativos e do Contrato, e seus respectivos suplentes, notificando-os de suas designações e atribuições previstas nos artigos 76 e 77 do Provimento nº 2.724/2023;
 - 10.1.1.2. A Equipe de Gestão será composta pelo Gestor(a), pelos(as) Fiscais e seus respectivos suplentes e demais servidores das seções de acompanhamento, se o caso;
 - 10.1.1.3. A Equipe de Gestão efetuará a indicação de pedidos de parcela para emissão dos Contratos e acompanhará os saldos remanescentes da Ata.
- 10.1.2. Os(as) responsáveis pelas Unidades Administrativas, e os(as) servidores(as) por eles(elas) indicados(as) exercerão as seguintes funções:
 - 10.1.2.1. Verificação dos itens necessários para novas instalações e/ou reposições, em quantidades suficientes para atendimento à demanda das Unidades de Trabalho, atendimento ao público externo e devida conservação da infraestrutura predial;

10.1.2.2. Inclusão de pedidos por meio de sistema informatizado interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (SAJADM, módulo SPD, Pedido de Material Permanente);

10.1.2.3. Recebimentos Provisório, conforme disposições constantes neste Termo de Referência.

10.1.3. A gestão e a fiscalização da Ata de Registro de Preços serão exercidas nos termos do Provimento CSM nº 2.724/2023 e observarão o cumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e nos respectivos Contratos;

10.1.4. Equipe de gestão indicada:

SETOR	NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
GESTOR(A)			
SAAB 5.3	Maria Aparecida Lúcio	110.718	Gestora
SAAB 5.3.1	Osmair Gustavo Freitas Boy	130.513	Suplente
FISCAL ADMINISTRATIVO			
SAAB 5.3.1.1	Elizabete Ferragut Rodrigues	378.337	Fiscal Administrativo
SAAB 5.3.1.1	Marco Antônio Mayer Braga	371.033	Suplente
SAAB 5.3.1.1	Vanessa Aparecida da Cruz	378.580	Suplente
FISCAL DO CONTRATO			
SAAB 5.3	Henrique da Silva Filho	311.427	Fiscal do Contrato
SAAB 5.3	Suzete Caraça	314.690	Suplente

10.2. Protocolo de comunicação:

10.2.1. As comunicações serão efetuadas preferencialmente por meio eletrônico, observados os prazos estabelecidos no art. 130 do Provimento nº 2.724/2023:

10.2.1.1. Além do e-mail do representante legal indicado na Ata de Registro de Preços, a DETENTORA/CONTRATADA deverá indicar à Equipe de Gestão os telefones, e-mails e responsáveis pelo atendimento;

10.2.1.2. Os contatos efetuados por telefone terão a finalidade de agilizar a resolução de problemas pontuais que requeiram atuação imediata, devendo sempre que possível ser formalizados posteriormente por e-mail;

10.2.1.3. As reuniões entre a Equipe de Gestão e os(as) representantes das DETENTORAS/CONTRATADAS serão realizadas preferencialmente pelo aplicativo MS Teams, com gravação e posterior envio da memória de reunião por e-mail.

10.3. Recebimento Provisório:

10.3.1. O recebimento provisório será efetuado pela Unidade Administrativa recebedora do material, que encaminhará cópia da DANFE recebida à Equipe de Gestão (almox.gestao@tjsp.jus.br), no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da entrega dos produtos:

10.3.1.1. Quando do recebimento do material, a Unidade Administrativa efetuará a conferência visual e irá verificar as informações de marca e modelo, verificando se o item está de acordo com as especificações descritas no **Anexo I-A** – Especificações Técnicas – Ar-Condicionado Portátil;

10.3.1.2. Caso a Unidade Administrativa tenha dúvidas quando do recebimento, poderá entrar em contato com a Equipe de Gestão (almox.gestao@tjsp.jus.br) para quaisquer esclarecimentos acerca do recebimento e/ou do objeto;

10.3.1.3. A Unidade Administrativa somente efetuará o ateste **provisório** da Nota Fiscal após o recebimento e conferência do(s) objeto(s) e seu(s) acessório(s), se houver;

10.3.1.4. Caso sejam constatadas irregularidades na entrega, o(a) responsável pelo recebimento poderá rejeitar o objeto, no todo ou em parte, notificando a DETENTORA/CONTRATADA para sua substituição ou complementação no mesmo local de entrega, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da notificação.

10.4. Recebimento Definitivo:

10.4.1. O recebimento definitivo será efetuado pelo(a) Fiscal do Contrato em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório:

10.4.1.1. O(a) Fiscal do Contrato efetuará a verificação do atendimento às obrigações contratuais e a conferência da nota fiscal, notificando a DETENTORA/CONTRATADA em caso de necessidade de correções;

10.4.1.2. A Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente (atesto eletrônico) e encaminhada à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças em até 3 (três) dias úteis após o Recebimento Definitivo:

a) Caso haja alguma informação incorreta na Nota Fiscal/Fatura que necessite de correção, o documento será devolvido à DETENTORA/CONTRATADA que deverá

fazer as correções necessárias, reiniciando os prazos informados nos itens 10.4.1. e 10.4.1.2.

10.5. Condições de pagamento:

10.5.1. A DETENTORA/CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com indicação da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A. para pagamento e das respectivas notas de empenho;

10.5.2. A Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente (atesto eletrônico) pelo(a) Fiscal do Contrato, em até 3 (três) dias úteis após o Recebimento Definitivo:

10.5.2.1. Para fins de liquidação e pagamento serão observadas as disposições previstas na Seção II do Provimento CSM nº 2.724/2023.

10.5.3. Nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, ficando a parcela controversa sujeita à disciplina estabelecida no item 10.8;

10.5.4. Os documentos serão enviados por meio eletrônico, ficando a critério do(a) Fiscal do Contrato solicitar a complementação ou esclarecimento de informações, conforme necessário:

10.5.4.1. A DETENTORA/CONTRATADA será comunicada para correção da Nota Fiscal/Fatura, com os devidos apontamentos, caso necessário;

10.5.4.2. A solicitação de correções em hipótese alguma servirá de pretexto para que a DETENTORA/CONTRATADA suspenda o fornecimento.

10.5.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do ateste definitivo da Nota Fiscal/Fatura pelo(a) Fiscal de Contrato.

10.6. Acordo de nível de serviço:

10.6.1. Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado não se tratar de serviço.

10.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual:

10.7.1. A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações

assumidas, assim como as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.7.2. Semestralmente, a Equipe de Gestão solicitará à DETENTORA/CONTRATADA, a apresentação dos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação:

10.7.2.1. Caso haja necessidade, a Equipe de Gestão poderá solicitar o auxílio do Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC) para análise da documentação apresentada.

10.8. Hipótese de glosa:

10.8.1. Nos termos previstos no item 10.5.3, em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela em discussão será objeto de glosa;

10.8.1.1. Quando da comprovação ou cumprimento de exigência que comprove a resolução da controvérsia, a parcela glosada será liberada para pagamento.

10.8.2. Eventuais multas aplicadas, após o devido procedimento apuratório, poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos à DETENTORA/CONTRATADA.

10.9. Sanções Administrativas (Multa):

10.9.1. Especificamente para esta contratação serão adotados os seguintes percentuais de multa a serem aplicadas na hipótese de descumprimento contratual:

Descrição	Base de Cálculo	Percentuais de multa
Atraso injustificado de até 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	0,25% a 0,5% ao dia sobre a base de cálculo
Atraso injustificado superior a 30 dias na entrega dos produtos ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor da entrega em atraso ou do valor de compra do bem em garantia	15% a 20% sobre a base de cálculo
Inexecução da entrega ou na assistência técnica de produto em período de garantia	100% do valor das mercadorias não entregues ou do valor de compra do bem em garantia	25% a 30% de multa sobre base de cálculo

10.9.2. Nos casos em que não for possível mensurar o valor individual da obrigação descumprida, incidirá multa de 0,5% até 4% sobre o valor estabelecido no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, a ser arbitrado a depender da gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

- 10.9.3.** Caso o cálculo das multas, efetuado na forma do Edital de Licitação ou do contrato, resulte em percentual inferior a 0,5% ou superior a 30% do valor total do contrato, o valor final da multa observará esses percentuais;
- 10.9.4.** Na fixação dos valores de eventuais multas, dentro dos limites previstos, será observado o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento ao art. 55, §7º, da Lei Complementar nº 123/2006 atualizada;
- 10.9.5.** A aplicação das multas acima indicadas não exclui a aplicação de outras sanções previstas no Edital de Licitação, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável;
- 10.9.6.** A aplicação das sanções será apurada mediante a instauração de processo administrativo apuratório, no qual serão garantidos à DETENTORA/CONTRATADA os direitos de defesa prévia e de recurso;
- 10.9.7.** Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.

10.10. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021):

- 10.10.1.** A extinção do contrato obedecerá aos preceitos estabelecidos na Lei 14.133/2021, especialmente nos termos dos artigos 137 e seguintes, garantindo a observância rigorosa dos dispositivos legais pertinentes;
- 10.10.2.** As hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços estão previstas no Provimento nº 100/2024;
- 10.10.3.** Em caso de cancelamento da Ata de Registro de Preços, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de fornecimento remanescente, nos termos do art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 11.1.** Nos termos dos artigos 6º, inc. XLV e 82 inc. V da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 12.1.** A estimativa do valor da contratação é de R\$ 11.922.580,00 (onze milhões novecentos e vinte e dois mil e quinhentos e oitenta reais) para o Lote Único.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 13.1.** A adequação orçamentária está demonstrada no item 16.9 do Edital.

14. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

- 14.1.** Tendo em vista que o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 versa sobre garantia nas contratações, entende-se não ser aplicável a exigência de garantia de execução da Ata de Registro de Preços, uma vez que a Administração não está obrigada a contratar, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021;
- 14.2.** Em relação aos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, considerando as características do objeto, consistente em fornecimento de bem comum, com prazo de execução imediato e baixo risco de prejuízos à Administração, bem como visando evitar a oneração desproporcional dos preços ofertados, opta-se pela **não exigência de garantia de execução**.

15. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

- 15.1. Qualificação Técnico-Profissional** (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

Não se aplica.

- 15.2. Qualificação Técnico-Operacional** (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

- 15.2.1.** Para comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

- 15.2.1.1.** Atestado(s) passado(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado ou estar executando a contento, o fornecimento de itens de aparelhos de ar-condicionado, nas quantidades a seguir indicadas:

LOTE	Descrição	Quantidade total de itens a registrar	Quantidade exigida nos atestados	%
1	Aparelhos de Ar-Condicionado	3.500	875	25%

- a)** Para efeito de comprovação do item 15.2.1.1, será admitido o somatório de atestados e/ou declarações.

15.2.1.2. Declaração de que tomou conhecimento do cumprimento das obrigações, conforme **Anexo I-F**.

15.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

Não se aplica.

16. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA/CONTRATADA E DO CONTRATANTE

16.1. A DETENTORA/CONTRATADA obriga-se a:

- 16.1.1.** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- 16.1.2.** Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários, resultantes deste Registro de Preço, além de outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a realização do fornecimento, objeto deste ajuste;
- 16.1.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preço;
- 16.1.4.** Comunicar à Equipe de Gestão, com antecedência, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas contratuais dentro dos prazos previstos;
- 16.1.5.** Fornecer o objeto nas condições e prazos definidos neste Termo de Referência e seus anexos;
- 16.1.6.** Efetuar as entregas até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta (total registrado);
- 16.1.7.** Suportar as obrigações de entregas em qualquer Município do Estado de São Paulo, respeitados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 16.1.8.** Suportar as despesas inerentes à logística, transporte, tributos, seguros de equipamentos, materiais e pessoal, inclusive de hospedagem e alimentação, se houver;
- 16.1.9.** Zelar para que seus(suas) representantes, que terão acesso ao local de entrega, estejam uniformizados e devidamente identificados;
- 16.1.10.** Efetuar a reposição de qualquer material danificado durante o processo de logística, entrega e assistência técnica, obedecendo sempre às especificações originais;

16.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, conforme item 10.2.

16.2. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 16.2.1.** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento;
- 16.2.2.** Comunicar à DETENTORA/CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos;
- 16.2.3.** Prestar à DETENTORA/CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- 16.2.4.** Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da DETENTORA/CONTRATADA;
- 16.2.5.** Permitir amplo e livre acesso às localidades para entrega dos bens, observando as normas internas de segurança.

17. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

- 17.1.** Considerando o Plano de Riscos elaborado para esta contratação, não foi identificada a necessidade de inclusão de Matriz de Alocação de Riscos neste Termo de Referência.

ANEXO I-A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

1.1. LOTE ÚNICO:

1.1.1. Item 1: APARELHO DE AR-CONDICIONADO PORTÁTIL 12.000 BTUs – 127 Volts

- 1.1.1.1. Ciclo de ar: Frio;
- 1.1.1.2. Capacidade: 12.000 BTUs;
- 1.1.1.3. Tensão elétrica: 127 Volts;
- 1.1.1.4. Tela digital (display);
- 1.1.1.5. Função timer;
- 1.1.1.6. Função sleep;
- 1.1.1.7. Função ventilação;
- 1.1.1.8. Função desumidificação;
- 1.1.1.9. Controle de temperatura;
- 1.1.1.10. Filtro de ar removível e lavável;
- 1.1.1.11. Gás R-410a ou R32;
- 1.1.1.12. Acessórios: adaptadores para janela e parede, duto flexível para saída do ar ao exterior e controle remoto.

Nosso Código: 12.0314

1.1.2. Item 2: APARELHO DE AR-CONDICIONADO PORTÁTIL 12.000 BTUs – 220 Volts

- 1.1.2.1. Ciclo de ar: Frio;
- 1.1.2.2. Capacidade: 12.000 BTUs;
- 1.1.2.3. Tensão elétrica: 220 Volts;
- 1.1.2.4. Tela digital (display);
- 1.1.2.5. Função timer;
- 1.1.2.6. Função sleep;
- 1.1.2.7. Função ventilação;
- 1.1.2.8. Função desumidificação;
- 1.1.2.9. Controle de temperatura;
- 1.1.2.10. Filtro de ar removível e lavável;
- 1.1.2.11. Gás R-410a ou R32;
- 1.1.2.12. Acessórios: adaptadores para janela e parede, duto flexível para saída do ar ao exterior e controle remoto.

Nosso Código: 12.0315



Regiões Administrativas Judiciárias

Resolução 560/2012

8ª Região São José do Rio Preto

ANEXO I-B

6ª Região Ribeirão Preto

4ª Região Campinas

9ª Região São José dos Campos

2ª Região Araçatuba

5ª Região Presidente Prudente

3ª Região Bauru

10ª Região Sorocaba

7ª Região Santos

1ª Região Grande São Paulo



8ª RAJ - São José do Rio Preto
14ª CJ - Barretos
Barretos - Final
Bebedouro - Interm.
Colina - Inicial
Guaira - Inicial
Monte Azul Paulista - Inicial
Olimpia - Interm.
Viradouro - Inicial
15ª CJ - Catanduva
Catanduva - Final
Itajobi - Inicial
Novo Horizonte - Inicial
Santa Adélia - Inicial
Tabapuã - Inicial
Urupês - Inicial
16ª CJ - São José do Rio Preto
José Bonifácio - Inicial
Macaubal - Inicial
Mirassol - Interm.
Monte Aprazível - Inicial
Neves Paulista - Inicial
Nova Granada - Inicial
Palestina - Inicial
Paulo de Faria - Inicial
Potirendaba - Inicial
São José do Rio Preto - Final
Tanabi - Inicial
17ª - Votuporanga
Cardoso - Inicial
Nhandeara - Inicial
Votuporanga - Final
18ª - Fernandópolis
Estrela D'Oeste - Inicial
Fernandópolis - Final
General Salgado - Inicial
Ouroeste - Inicial

2ª RAJ - Araçatuba
35ª CJ - Lins
Cafelândia - Inicial
Getulina - Inicial
Lins - Final
Promissão - Inicial
36ª CJ - Araçatuba
Araçatuba - Final
Bilac - Inicial
Birigui - Interm.
Buritama - Inicial
Guararapes - Inicial
Penápolis - Interm.
Valparaíso - Inicial
37ª CJ - Andradina
Andradina - Final
Ilha Solteira - Inicial
Mirandópolis - Inicial
Pereira Barreto - Inicial
55ª CJ - Jales
Auriflâma - Inicial
Jales - Final
Palmeira D'Oeste - Inicial
Santa Fé do Sul - Inicial
Urânia - Inicial

6ª RAJ - Ribeirão Preto
12ª CJ - São Carlos
Descalvado - Inicial
Ibaté - Inicial
Ribeirão Bonito - Inicial
São Carlos - Final
13ª CJ - Araraquara
Américo Brasiliense - Inicial
Araraquara - Final
Bororema - Inicial
Louveira - Inicial
Nuporanga - Inicial
Orlândia - Inicial
Pirangi - Interm.
38ª CJ - Franca
Franca - Final
Patrocínio Paulista - Inicial
Pedregulho - Inicial
39ª CJ - Batatais
Batatais - Inicial
Atinópolis - Inicial
Batatais - Final
Brodowski - Inicial
Morro Agudo - Inicial
Nuporanga - Inicial
Orlândia - Inicial
40ª CJ - Ituverava
Guará - Inicial
Igarapava - Inicial
Ipaú - Inicial
Ituverava - Interm.
Miguelópolis - Inicial
41ª CJ - Ribeirão Preto
Cajuru - Inicial
Cravinhos - Inicial
Jardimópolis - Inicial
Pontal - Inicial
Ribeirão Preto - Final
Santa Rosa de Viterbo - Inicial
São Simão - Inicial
Serrana - Inicial
Sertãozinho - Final
42ª CJ - Jaboticabal
Guariba - Inicial
Jaboticabal - Final
Monte Alto - Inicial
Pirangi - Inicial
Pitangueiras - Inicial
Taquaritinga - Interm.
43ª CJ - Casa Branca
Caconde - Inicial
Casa Branca - Interm.
Mococa - Interm.
44ª CJ - São João da Boa Vista
Aguaí - Inicial
Espírito Santo do Pinhal - Inicial
São João da Boa Vista - Final
Vargem Grande do Sul - Inicial
53ª CJ - Americana
Americana - Final
Nova Odessa - Inicial
Santa Bárbara D'Oeste - Final
Sumaré - Final
54ª CJ - Amparo
Aguas de Lindóia - Inicial
Amparo - Final
Jaguariúna - Interm.
Pedreira - Inicial
Serra Negra - Inicial
Sorocaba - Inicial

4ª RAJ - Campinas
05ª CJ - Jundiaí
Cajamar - Interm.
Cajamar - Interm.
Campo Limpo Paulista - Interm.
Francisco Morato - Final
Guararapes - Inicial
Itatiba - Interm.
Itupeva - Inicial
Jundiaí - Final
Louveira - Inicial
Várzea Paulista - Interm.
Vinhedo - Interm.
06ª CJ - Bragança Paulista
Atibaia - Final
Bragança Paulista - Final
Jatapuá - Inicial
Nazaré Paulista - Inicial
Pinhalzinho - Inicial
Piracaba - Inicial
07ª CJ - Mogi Mirim
Artur Nogueira - Interm.
Conchal - Inicial
Itapira - Interm.
Mogi Guaçu - Final
Mogi Mirim - Final
08ª CJ - Campinas
Campinas - Final
Cosmópolis - Inicial
Paulínia - Interm.
Valinhos - Interm.
Vila Mimosa - FR - Final
09ª CJ - Rio Claro
Brotas - Inicial
Itirapina - Inicial
Rio Claro - Final
10ª CJ - Limeira
Araras - Interm.
Cordeirópolis - Inicial
Limeira - Final
11ª CJ - Pirassununga
Leme - Interm.
Pirassununga - Final
Porto Ferreira - Inicial
Santa Rita do Passa Quatro - Inicial
34ª CJ - Piracicaba
Capivari - Inicial
Cauquira - Inicial
Laranjal Paulista - Inicial
Monte Mor - Interm.
Piracicaba - Final
Rio das Pedras - Inicial
São Pedro - Inicial
Tietê - Inicial
50ª CJ - São João da Boa Vista
Aguaí - Inicial
Espírito Santo do Pinhal - Inicial
São João da Boa Vista - Final
Vargem Grande do Sul - Inicial
53ª CJ - Americana
Americana - Final
Nova Odessa - Inicial
Santa Bárbara D'Oeste - Final
Sumaré - Final
54ª CJ - Amparo
Aguas de Lindóia - Inicial
Amparo - Final
Jaguariúna - Interm.
Pedreira - Inicial
Serra Negra - Inicial
Sorocaba - Inicial

1ª RAJ - Grande São Paulo
00ª CJ - Capital
Central - Final
Foros Regionais - Final
02ª CJ - São Bernardo do Campo
Diadema - Final
São Bernardo do Campo - Final
03ª CJ - Santo André
Mauá - Final
Ribeirão Pires - Interm.
Rio Grande da Serra - Inicial
Santo André - Final
São Caetano do Sul - Final
04ª CJ - Osasco
Barueri - Final
Carapicuíba - Final
Jandira - Interm.
Osasco - Final
Santana de Parnaíba - Interm.
44ª CJ - Guarulhos
Arujá - Interm.
Guarulhos - Final
Mairiporã - Interm.
45ª CJ - Mogi das Cruzes
Ferreira - Final
Guararapes - Inicial
Guararapes - Inicial
Itaquaquecetuba - Final
Mogi das Cruzes - Final
Poa - Interm.
Suzano - Final
52ª CJ - Itapeerica da Serra
Cotia - Final
Embu das Artes - Final
Itapeerica da Serra - Final
Itapeva - Final
São Sebastião - Final
Vargem Grande Paulista - Inicial

5ª RAJ - Presidente Prudente
26ª CJ - Assis
Assis - Final
Cândido Mota - Inicial
Maracai - Inicial
Palmital - Inicial
Paraguçu Paulista - Inicial
Quatá - Inicial
27ª CJ - Presidente Prudente
Iepê - Inicial
Maritópolis - Inicial
Pirapozinho - Inicial
Presidente Bernardes - Inicial
Presidente Prudente - Final
Rancharia - Inicial
Regente Feijó - Inicial
28ª CJ - Presidente Venceslau
Mirante do Paranapanema - Inicial
Presidente Epitácio - Inicial
Presidente Venceslau - Interm.
Rosana - Inicial
Teodoro Sampaio - Inicial
29ª CJ - Dracena
Dracena - Interm.
Junqueirópolis - Inicial
Pacaembu - Inicial
Panorama - Inicial
Tupi Paulista - Inicial
30ª CJ - Tupã
Adamantina - Inicial
Bastos - Inicial
Flórida Paulista - Inicial
Lucélia - Inicial
Oswaldo Cruz - Inicial
Tupã - Final
31ª CJ - Marília
Gália - Inicial
Gargá - Inicial
Marília - Final
Pompéia - Inicial

3ª RAJ - Bauru
23ª CJ - Botucatu
Botucatu - Final
Conchas - Inicial
Itatinga - Inicial
Piedade - Inicial
Pilar do Sul - Inicial
24ª CJ - Avaré
Avaré - Final
Cerqueira César - Inicial
Fartura - Inicial
Itai - Inicial
Paranapanema - Inicial
Taquarubá - Inicial
25ª - CJ - Ourinhos
Chavantes - Inicial
Ipauçu - Inicial
Ourinhos - Final
Piraju - Inicial
Santa Cruz do Rio Pardo - Interm.
32ª CJ - Bauru
Agudos - Inicial
Bauru - Final
Duartina - Inicial
Lençóis Paulista - Interm.
Piraju - Inicial
Piratiníngua - Inicial
33ª CJ - Jaú
Bariri - Inicial
Barra Bonita - Inicial
Dois Córregos - Inicial
Jaú - Final
Macatuba - Inicial
Pederneiras - Inicial

10ª RAJ - Sorocaba
19ª CJ - Sorocaba
Ibiúna - Interm.
Mainque - Interm.
Piedade - Inicial
Pilar do Sul - Inicial
Salto de Pirapora - Inicial
São Roque - Interm.
Sorocaba - Final
Votorantim - Interm.
20ª CJ - Itu
Boituva - Interm.
Cabreúva - Inicial
Indaiatuba - Final
Itu - Final
Porto Feliz - Inicial
Salto - Interm.
22ª CJ - Itapetininga
Angatuba - Inicial
Capão Bonito - Interm.
Cesário Lange - Inicial
Itapetininga - Inicial
Porangaba - Inicial
São Miguel Arcanjo - Inicial
Tatuí - Final
49ª CJ - Itapeva
Apiaí - Inicial
Buri - Inicial
Itaberá - Inicial
Itapeva - Final
Itaporanga - Inicial
Itararé - Inicial

ANEXO I-C - LOCAIS DE ENTREGA - TJSP

ENDEREÇOS - UNIDADES ADMINISTRATIVAS

RAJ	Nº DA CJ	TIPO	CENTRO DE CUSTO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
RAJ 01	0	CAPITAL		Almoxarifado Central	RUA CARLOTA LUISA DE JESUS, Nº 50	TATUAPÉ	03086-060	São Paulo	(11) 4635-7853	almox.gestao@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027027	Prédio Carlota	RUA CARLOTA LUISA DE JESUS, Nº 50	TATUAPÉ	03086-060	São Paulo	(11) 2296-4068	admalmoxarifado@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027028	Prédio da Consolação	RUA DA CONSOLAÇÃO, Nº 1483	CONSOLAÇÃO	01301-100	São Paulo	(11) 3257-0516	admconsolacao@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027031	Complexo Ipiranga	RUA DOS SOROCABANOS, Nº 680	IPIRANGA	04202-001	São Paulo	(11) 2272-7507	admcomplexoipiranga@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027032	Fórum Criminal Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães (Barra Funda)	AV. ABRÃO RIBEIRO, Nº 313	BARRA FUNDA	01133-020	São Paulo	(11) 2127-9000	admfmimg@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027033	Fórum das Execuções Fiscais	PCA ALMEIDA JÚNIOR, Nº 35	LIBERDADE	01510-010	São Paulo	(11) 3277-7853	admexecucoesfiscais@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027034	Fórum do Juizado Especial Cível Central	RUA VERGUEIRO, Nº 835 - 8º ANDAR	PARAÍSO	01504-001	São Paulo	(11) 3207-5183	admjeccentral@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027035	Fórum Hely Lopes Meirelles	VIADUTO DONA PAULINA, Nº 80	CENTRO	01501-020	São Paulo	(11) 3242-2333	admhelylopes@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027036	Fórum João Mendes Júnior	PRAÇA DR. JOÃO MENDES JR., S/Nº	CENTRO	01501-000	São Paulo	(11) 2171-6584	admjoaoamendes@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027037	Foro Regional IV – Lapa	RUA CLEMENTE ÁLVARES, Nº 120	LAPA	05074-050	São Paulo	(11) 3831-5246	admfrlapa@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027038	Foro Regional IX – Vila Prudente	AV. SAPOEMBA, Nº 3.740	VILA PRUDENTE	03345-000	São Paulo	(11) 2154-4400	admfrvlprudente@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027039	Fórum JEC-JECRIM – Itaquera/Guaianazes	ESTRADA DE POÁ, NºS. 696 - VILA CRUZEIRO	VILA CRUZEIRO	08460-000	São Paulo	(11) 2557-7305	admjeccjusc@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027040	Foro Regional VII – Itaquera	AV. PIRES DO RIO, Nº 3.915	ITAQUERA	08240-005	São Paulo	(11) 2051-8680	admfritaquera@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027041	Foro Regional XII – Nossa Senhora do Ó	RUA TOMÁS RAMOS JORDÃO, Nº 101	FREGUESIA DO Ó	02736-000	São Paulo	(11) 3991-9800	admfrsenhoradoo@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027042	Foro Regional VI – Penha de França	RUA DR. JOÃO RIBEIRO, Nº 433	PENHA	03634-010	São Paulo	(11) 2093-6612	admfrpenha@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027043	Foro Regional XI – Pinheiros	RUA JERICÓ, S/Nº	PINHEIROS	05435-040	São Paulo	(11) 3815-4844	admfrpinheiros@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027044	Foro Regional I - Santana	AV. ENGENHEIRO CAETANO ÁLVARES, Nº 594	SANTANA	02546-000	São Paulo	(11) 3951-2525	admfrsantana@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027045	Foro Regional II - Santo Amaro	AV. ADOLFO PINHEIRO, Nº 1992	SANTO AMARO	04734-003	São Paulo	(11) 5522-8833	admfrsantoamaro@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027046	Foro Regional V - São Miguel Paulista	AV. AFONSO LOPES DE BAÍÃO, Nº 1736	SÃO MIGUEL PAULISTA	08040-000	São Paulo	(11) 2052-8098	admfrsaomiguel@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027047	Foro Regional XV – Butantã	AV. CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, Nº 150	BUTANTÃ	05582-000	São Paulo	(11) 3721-6830	admfrbutanta@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027048	Foro Regional X – Ipiranga	RUA AGOSTINHO GOMES, Nº 1445	IPIRANGA	04206-000	São Paulo	(11) 2273-2204	admfrpiranga@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027049	Foro Regional III - Jabaquara	RUA JOEL JORGE DE MELO, Nº 424	JABAQUARA	04128-080	São Paulo	(11) 5574-0355	admfrjabaquara@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027050	Foro Regional VIII – Tatuapé	RUA SANTA MARIA, Nº 257 – SALA 22	TATUAPÉ	03085-000	São Paulo	(11) 2097-0303	admfrtatuape@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027051	GADE 9 de Julho	RUA CONDE DE SARZEDAS, Nº 62/100	LIBERDADE	01512-000	São Paulo	(11) 3295-5000	admgade9dejulho@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027052	GADE 23 de Maio	RUA CONDE DE SARZEDAS, Nº 38	CENTRO	01512-000	São Paulo	(11) 3241-1222	admgade23demai@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027053	GADE I (Conselheiro Furtado.669)	RUA CONSELHEIRO FURTADO, Nº 669	CENTRO	01511-000	São Paulo	(11) 2728-8701	admgaedefurtado1@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027055	GADE MMDC	AV. IPIRANGA, Nº 165	REPÚBLICA	01046-010	São Paulo	(11) 289947799	admgaademmdc@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027056	Palácio da Justiça	PRAÇA DA SÉ, S/Nº	CENTRO	01018-010	São Paulo	(11) 3117-2200	admpalaciojustica@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027057	Pátio do Colégio	PÁTIO DO COLÉGIO, Nº 73	CENTRO	01016-040	São Paulo	(11) 3292-4900	admpatiocolégio@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027060	Prédio da Glória	RUA DA GLÓRIA Nº 459	CENTRO	01510-001	São Paulo	(11) 3271-1884	admgloria@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027061	Prédio da Gráfica e Oficinas	RUA MELO PEIXOTO, Nº 311	TATUAPÉ	03070-000	São Paulo	(11) 2097-2999	admgraficaoficinas@tjsp.jus.br
RAJ 01	0	CAPITAL	C01027358	Prédio da Praça do Patriarca	RUA DIREITA, 250	SÉ	01002-903	São Paulo	(11) 3106-3495	admpatriarca@tjsp.jus.br
RAJ 01	2	SEDE CJ	C01025025	Fórum São Bernardo do Campo	RUA VINTE E TRÊS DE MAIO, Nº 107	VILA TEREZA	09606-000	São Bernardo do Campo	(11) 4330-1011	saobernardoadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	2	COMARCA	C01005005	Fórum Diadema	AV. 7 DE SETEMBRO, Nº 399	Diadema	01927-010	Diadema	(11) 4056-6600	diademadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	3	SEDE CJ	C01024024	Fórum Santo André	PRAÇA IV CENTENÁRIO, Nº 3 – PAÇO MUNICIPAL	CENTRO	09040-906	Santo André	(11) 4573-3200	santoandreadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	3	COMARCA	C01016016	Fórum Mauá	AV. JOÃO RAMALHO, Nº 111	CENTRO	09371-901	Mauá	(11) 4555-0244	mauadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	3	COMARCA	C01020020	Fórum Ribeirão Pires	AV. PREFEITO VALDÍRIO PRISCO, Nº 150	CENTRO	09400-005	Ribeirão Pires	(11) 4828-1088	ribeiraopiresadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	3	COMARCA	C01021021	Fórum Rio Grande da Serra	RUA AGOSTINHO CARDOSO, Nº 176	VILA FIGUEIREDO	09450-000	Rio Grande da Serra	(11) 4821-3629	riogdeserradm@tjsp.jus.br
RAJ 01	3	COMARCA	C01026026	Fórum São Caetano do Sul	PRAÇA DR. JOVIANO DE AGUIRRE, S/N	JARDIM SÃO CAETANO	09581-540	São Caetano do Sul	(11) 4238-8100	saocaetanoadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	4	SEDE CJ	C01018018	Fórum Osasco	AV. DAS FLORES, Nº 703	JARDIM DAS FLORES	06110-100	Osasco	(11) 3681.9922	osascoadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	4	COMARCA	C01002002	Fórum Barueri	RUA CABO PM JOSÉ MARIA SCHIAVELLI, 230	VILA PORTO	06414-007	Barueri	(11) 4635-5229	barueriadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	4	COMARCA	C01003003	Fórum Carapicuíba	AV. DES. EDUARDO CUNHA DE ABREU, Nº 215	VILA MUN.	06311-000	Carapicuíba	(11) 4184-3386	carapicuibadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	4	COMARCA	C01014014	Fórum Jandira	AV. ANTONIO BARDELLA, Nº 401	SÍTIO PEDRA RACHADA	06618-000	Jandira	(11) 4707-4881	jandiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	4	COMARCA	C01023023	Fórum Santana de Parnaíba	RUA PROF. EUGENIO TEANI, Nº 215	Prof. Jardim Benoá	06502-025	Santana de Parnaíba	(11) 4154-1539	santanaprnbadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	44	SEDE CJ	C01010010	Fórum Guarulhos	RUA DOS CRISÂNTEMOS, Nº 29	VILA TIJUCO	07091-060	Guarulhos	(11) 2408-8402	guarulhosadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	44	COMARCA	C01001001	Fórum Arujá	RUA ALBINO RODRIGUES NEVES, Nº 394	TIJUCO	07401-125	Arujá	(11) 4655-2175	arujadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	44	COMARCA	C01015015	Fórum Mairiporã	RUA DR. JOSÉ ADRIANO MARREY JR., Nº 780	CENTRO	07600-000	Mairiporã	(11) 4419-0553	mairiporaadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	44	COMARCA	C01022022	Fórum Santa Isabel	PRAÇA DA BANDEIRA, S/N	CENTRO	07500-000	Santa Isabel	(11) 4656-2455	santaisabeladm@tjsp.jus.br
RAJ 01	45	SEDE CJ	C01017017	Fórum Mogi das Cruzes	AV. CANDIDO XAVIER DE A. E SOUZA, Nº 159	CENTRO	08780-912	Mogi das Cruzes	(11) 4799-8877	mogicruzesadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	45	COMARCA	C01008008	Fórum Ferraz de Vasconcelos	AV. SANTOS DUMONT, Nº 1.535	JARDIM VISTA ALEGRE	08531-100	Ferraz de Vasconcelos	(11) 4676-5067	ferrazadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	45	COMARCA	C01009009	Fórum Guararema	RUA EXPEDICIONÁRIO BRÁSÍLIO PINTO DE ALMEIDA, Nº 42	Guararema	08900-000	Guararema	(11) 4695-5074	guararemaadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	45	COMARCA	C01013013	Fórum Itaquaquecetuba	ESTRADA SANTA ISABEL, Nº 1170	JARDIM ITAPUÃ	08570-080	Itaquaquecetuba	(11) 4640-3454	itaquaquetubadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	45	COMARCA	C01019019	Fórum Poá	AV. 9 DE JULHO, Nº 478	CENTRO	08557-100	Poá	(11) 4638-3433	poaadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	45	COMARCA	C01028065	Fórum Suzano	AVENIDA PAULO PORTELA, S/Nº	JARDIM PAULISTA	08675-230	Suzano	(11) 3489-2425	suzanoadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	52	SEDE CJ	C01011011	Fórum Itapeverica da Serra	RUA MAJOR MATHEUS ROTGER DOMINGUES, Nº 155	JARDIM SANTA ISABEL	06850-850	Itapeverica da Serra	(11) 4666-7277	itapevericaadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	52	COMARCA	C01004004	Fórum Cotia	AV. PROF. MANOEL JOSÉ PEDROSO, Nº 1.806	PARQUE BAHIA	06700-000	Cotia	(11) 4703-5323	cotiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	52	COMARCA	C01006006	Fórum Embu das Artes	Av. Vereador Jorge de Souza, 855	Tingidor	06803-270	Embu das Artes	(11) 4241-8449	embuadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	52	COMARCA	C01007007	Fórum Embu-Guaçu	RUA BOA VISTA, Nº 10	CENTRO	06900-000	Embu-Guaçu	(11) 4661-8130	embuguacuadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	52	COMARCA	C01012012	Fórum Itapevi	RUA VEREADOR DOUTOR CID MANOEL DE OLIVEIRA, 405	JARDIM SANTA RITA	06660-280	Itapevi	(11) 4141-2370	itapeviadm@tjsp.jus.br
RAJ 01	52	COMARCA	C01029066	Fórum Taboão da Serra	RUA MARIO LATORRE, Nº 96	PARQUE PINHEIROS	06767-230	Taboão da Serra	(11) 4786-5499	taboaoadm@tjsp.jus.br

ENDEREÇOS - UNIDADES ADMINISTRATIVAS

RAJ	Nº DA CJ	TIPO	CENTRO DE CUSTO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
RAJ 01	52	COMARCA	C01030067	Fórum Vargem Grande Paulista	AV. MIRANDA, 25	JARDIM VERONA	06730-000	Vargem Grande Paulista	(11) 4158-3202	vgpaulistaadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	35	SEDE CJ	C02042079	Fórum Lins	R GIL PIMENTEL MOURA, 51	JD AMERICANO	16400-920	Lins	(14) 3522-3977	linsadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	35	COMARCA	C02037074	Fórum Cafelândia	PR DIONISIA ZUCCHI, 330	CENTRO	16500-000	Cafelândia	(14) 3554-1425	cafelandiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	35	COMARCA	C02038075	Fórum Getulina	R DOUTOR CARLOS DE CAMPOS, 660	CENTRO	16450-000	Getulina	(14) 3552-1313	getulinaadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	35	COMARCA	C02047084	Fórum Promissão	AV RIO GRANDE, 730	CENTRO	16370-000	Promissão	(14) 3541-0603	promissaoadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	36	SEDE CJ	C02032069	Fórum Araçatuba	PR MAURICIO MARTINS LEITE, 60	VILA SAO PAULO	16015-600	Araçatuba	(18) 3623-5710	aracatubaadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	36	COMARCA	C02034071	Fórum Bilac	R OLAVO BILAC, 466	CENTRO	16210-000	Bilac	(18) 3659-1203	bilacadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	36	COMARCA	C02035072	Fórum Birigui	R FAUSTINO SEGURA, 214	PQ SAO VICENTE	16200-370	Birigui	(18) 3642-2105	biriguiadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	36	COMARCA	C02036073	Fórum Buritama	AV FREI MARCELO MANILIA, 739	CENTRO	15290-000	Buritama	(18) 3691-1820	buritamaadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	36	COMARCA	C02039076	Fórum Guararapes	PR LUIZ LINCOLN DE OLIVEIRA, SN	CENTRO	16700-000	Guararapes	(18) 3606-1910	guararapesadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	36	COMARCA	C02045082	Fórum Penápolis	PR DR. CARLOS SAMPAIO FILHO, 190	CENTRO	16300-000	Penápolis	(18) 3652-0404	penapolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	36	COMARCA	C02050087	Fórum Valparaíso	R PADRE MAURO EDUARDO, SN	CENTRO	16880-000	Valparaíso	(18) 3401-1611	valparaisoadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	37	SEDE CJ	C02031068	Fórum Andradina	PR PAES LEME, 2052	STELLA MARIS	16901-907	Andradina	(18) 3722-8200	andradinaadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	37	COMARCA	C02040077	Fórum Ilha Solteira	AVENIDA BRASIL NORTE Nº 1.680	PASSEIO PARATI	15385-000	Ilha Solteira	(18) 3742-4336	ilhasolteiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	37	COMARCA	C02043080	Fórum Mirandópolis	R ADELINO MINARI, 726	CENTRO	16800-000	Mirandópolis	(18) 3701-1122	mirandopolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	37	COMARCA	C02046083	Fórum Pereira Barreto	PR FRANCISCA SENHORINHA CARNEIRO, SN	VILA MUNICIPAL	15370-000	Pereira Barreto	(18) 3704-4343	pereirabarretoadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	55	SEDE CJ	C02041078	Fórum Jales	R NOVE, 2231	CENTRO	15700-018	Jales	(17) 3632-6777	jalesadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	55	COMARCA	C02033070	Fórum Auriflâma	PR RUA DR. MARCIO DA MATA BIANCO, 52 25	CENTRO	15350-000	Auriflâma	(17) 3482-1319	auriflamaadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	55	COMARCA	C02044081	Fórum Palmeira D'Oeste	R XV DE NOVEMBRO, 48 71	CENTRO	17520-000	Palmeira D'Oeste	(17) 3651-1317	palmeiradoesteadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	55	COMARCA	C02048085	Fórum Santa Fé do Sul	AV CONSELHEIRO ANTONIO PRADO, 1662	CENTRO	15775-000	Santa Fé do Sul	(17) 3631-3120	santafeadm@tjsp.jus.br
RAJ 02	55	COMARCA	C02049086	Fórum Urânia	AV BARAO DO RIO BRANCO, 818	CENTRO	15760-000	Urânia	(17) 3634-1800	uraniaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	23	SEDE CJ	C03056093	Fórum Botucatu	PRACA IOLE DINUCCI FERNANDES S/N	JARDIM RIVIERA	18606-572	Botucatu	(14) 3112-7133	botucatuadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	23	COMARCA	C03059096	Fórum Conchas	RUA GOIAS, 521	CENTRO	18570-000	Conchas	(14) 3845-1023	conchasadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	23	COMARCA	C03065102	Fórum Itatinga	RUA MAIOR PRADO, 405	CENTRO	18690-000	Itatinga	(14) 3848-2000	itatingaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	23	COMARCA	C03076113	Fórum São Manuel	RUA ETTORE TARGA, S/N	CENTRO	18650-000	São Manuel	(14) 3842-1070	saomanueladm@tjsp.jus.br
RAJ 03	24	SEDE CJ	C03052089	Fórum Avaré	RUA ABILIO GARCIA, 527	VILA JUSSARA MARIA	18706-040	Avaré	14-3733-8989	avareadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	24	COMARCA	C03057094	Fórum Cerqueira Cesar	RUA OLIMPIO PAVAN, 355	CENTRO	18760-000	Cerqueira Cesar	(14) 3714-1015	cerqcesaradm@tjsp.jus.br
RAJ 03	24	COMARCA	C03062099	Fórum Fartura	RUA ANACLETO GONCALVES NEVES, 250	CENTRO	18870-000	Fartura	(14) 3382-1215	farturaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	24	COMARCA	C03064101	Fórum Itai	PRACA DA COLONIZACAO JAPONESA, 220	VILA FLORENTINO DOGNANI	18730-000	Itai	(14) 3761-1771	itaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	24	COMARCA	C03070107	Fórum Parapanema	RUA FORTUNATO MARTINS DE CAMARGO, 610	CENTRO	18720-000	Parapanema	(14) 3713-1146	parapanemaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	24	COMARCA	C03077114	Fórum Taquarituba	AV. CORONEL JOAO QUINTINO,137	CENTRO	18740-000	Taquarituba	(14) 3762-1626	taquaritubaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	25	SEDE CJ	C03069106	Fórum Ourinhos	RUA DOS EXPEDICIONARIOS, 1895	VILA VILAR	19902-610	Ourinhos	(14) 3322-1144	ourinhosadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	25	COMARCA	C03058095	Fórum Chavantes	AV. GOVERNADOR ADHEMAR PEREIRA DE BARROS, 1007	CHAVANTES NOVO	18970-284	Chavantes	(14) 3342-1926	chavantesadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	25	COMARCA	C03063100	Fórum Ipaussu	PRACA DOUTOR BRENO NORONHA, 374	CENTRO	18950-000	Ipaussu	(14) 3344-1015	ipaussuadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	25	COMARCA	C03072109	Fórum Piraju	PRACA JOAQUIM ANTONIO ARRUDA, 126	CENTRO	18800-000	Piraju	(14) 3351-2896	pirajuadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	25	COMARCA	C03075112	Fórum Santa Cruz do Rio Pardo	AV. DOUTOR CYRO DE MELLO CAMARINHA, 606	CENTRO	18900-000	Santa Cruz do Rio Pardo	(14) 3372-4077	stacruzpardoadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	32	SEDE CJ	C03055092	Fórum Bauru	RUA AFONSO PENA, 5-40	JARDIM BELA VISTA	17060-250	Bauru	(14) 3232-1855	bauruadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	32	COMARCA	C03051088	Fórum Agudos	RUA PAULO NELLI, 276	VILA SAO FAUSTINO	17120-000	Agudos	(14) 3262-3668	agudosadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	32	COMARCA	C03061098	Fórum Duartina	RUA SETE DE SETEMBRO, 486	CENTRO	17470-000	Duartina	(14) 3282-1025	duartinaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	32	COMARCA	C03067104	Fórum Lençóis Paulista	AV. PADRE SALUSTIO RODRIGUES MACHADO, 599	JARDIM UBIRAMA	18683-471	Lençóis Paulista	(14) 3263-0055	lencoisadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	32	COMARCA	C03073110	Fórum Pirajuí	PRACA DOUTOR PEDRO DA ROCHA BRAGA, 43	CENTRO	16600-000	Pirajuí	(14) 3572-1251	pirajuiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	32	COMARCA	C03074111	Fórum Piratininga	RUA DOUTOR JOSE LISBOA JR., 67	CENTRO	17490-000	Piratininga	(14) 3265-1126	piratiningaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	33	SEDE CJ	C03066103	Fórum Jaú	AV. RODOLFO MAGNANI, 766	CHACARA PECCIOLI	17210-131	Jaú	(14) 3622-2299	jauadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	33	COMARCA	C03053090	Fórum Bariri	AV. CLAUDIONOR BARBIERI, 488	CENTRO	17250-000	Bariri	(14) 3662-1902	baririadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	33	COMARCA	C03054091	Fórum Barra Bonita	RUA PRUDENTE DE MORAES, 520 (Praça Dr. Emigdio Meira)	JARDIM VISTA ALEGRE	17340-000	Barra Bonita	(14) 3641-1011	barrabonitaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	33	COMARCA	C03060097	Fórum Dois Córregos	PRACA FRANCISCO SIMÕES, 142	CENTRO	17300-000	Dois Córregos	(14) 3652-2279	doiscoregosadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	33	COMARCA	C03068105	Fórum Macatuba	RUA SERGIPE, 136	VILA NOVA	17290-000	Macatuba	(14) 3268-1750	macatubaadm@tjsp.jus.br
RAJ 03	33	COMARCA	C03071108	Fórum Pederneiras	RUA BELMIRO PEREIRA, 367-SUL	CENTRO	17280-000	Pederneiras	(14) 3284-1785	pederneirasadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	SEDE CJ	C04106144	Fórum Jundiá	LARGO SAO BENTO, S/N	CENTRO	13201-035	Jundiá	(11) 4586-8111	jundiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04087124	Fórum Caiiras	RUA DOUTOR ARMANDO PINTO, 360	CENTRO	07700-000	Caiiras	(11) 4447-4073	caieirasadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04088125	Fórum Cajamar	RUA JOAQUIM JANUS PENTEADO, 96	DISTRITO DE JORDANESIA	07760-000	Cajamar	(14) 3845-1023	cajamaradm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04090128	Fórum Campo Limpo Paulista	RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 550	VILA TAVARES	13230-130	Campo Limpo Paulista	(19) 3546-2500	campolimpoadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04097135	Fórum Francisco Morato	RUA JOAO MENDES JR., 626	TAVARES	07910-220	Francisco Morato	(11) 4488-3381	francmoratoadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04098136	Fórum Franco da Rocha	PRACA MINISTRO NELSON HUNGRIA, 01	CENTRO	08500-000	Franco da Rocha	(14) 3652-2279	francorochaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04101139	Fórum Itatiba	AV. BARAO DE ITAPEMA, 181	CENTRO	13250-020	Itatiba	(14) 3282-1025	itatibaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04103141	Fórum Itupeva	AVENIDA BRASIL, 1765	JARDIM BRASIL	13296-082	Itupeva	(11) 2842-4065	itupevaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04110148	Fórum Louveira	RUA ANTONIO SCHIAMANNA, 126	VILA NOVA	13290-000	Louveira	(19) 3878-1968	louveiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04135173	Fórum Várzea Paulista	RUA FERNAO DIAS PAES LEME, 2.323/3329	CENTRO	13220-005	Várzea Paulista	(11) 4606-1877	varzeaptadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	5	COMARCA	C04136174	Fórum Vinhedo	ESTRADA DA BOIADA, 530	JARDIM BRASIL	13280-000	Vinhedo	(19) 3876-3892	vinhedoadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	6	SEDE CJ	C04085122	Fórum Bragança Paulista	AV.DOS IMIGRANTES, 1.501	JD. AMERICA	12902-000	Bragança Paulista	(19) 3866-4074	bragancaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	6	COMARCA	C04084121	Fórum Atibaia	RUA DR. JOSÉ ROBERTO PAIM, 99	PARQUE DOS COQUEIROS	12945-007	Atibaia	(11) 3402-5532/5533/5534	atibaiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	6	COMARCA	C04105143	Fórum Jarinu	AV. DR. ANTENOR SOARES GANDRA, 465	JDARDIM DA SAÚDE	13240-000	Jarinu	(11) 4016-4068	jarinuadm@tjsp.jus.br

ENDEREÇOS - UNIDADES ADMINISTRATIVAS

RAJ	Nº DA CJ	TIPO	CENTRO DE CUSTO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
RAJ 04	6	COMARCA	C04114152	Fórum Nazaré Paulista	RUA CLEMENTINO DE ALMEIDA PASSOS, 35	VICENTE NUNES	12960-000	Nazaré Paulista	(11) 4597-1090	nazareptadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	6	COMARCA	C04118156	Fórum Pinhalzinho	RUA BOA ESPERANCA, 266	CENTRO	12995-000	Pinhalzinho	(11) 4018-5128	pinhalzinhoodm@tjsp.jus.br
RAJ 04	6	COMARCA	C04119157	Fórum Piracacia	RUA BENEDITO VIEIRA DA SILVA, 300	CENTRO	12970-000	Piracacia	(11) 4036-8283	piracaciaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	7	SEDE CJ	C04112150	Fórum Mogi Mirim	AV. CEL. VENANCIO FERREIRA ALVES ADORNO, 60	SAUDE	13800-221	Mogi Mirim	(19) 3862-1407	mojimiradm@tjsp.jus.br
RAJ 04	7	COMARCA	C04083120	Fórum Artur Nogueira	RUA 13 DE MAIO, 140/150	JD. SAO FRANCISCO	13160-000	Artur Nogueira	(15) 3284-2191	arturnogueiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	7	COMARCA	C04093131	Fórum Conchal	RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 449	CENTRO	13835-000	Conchal	(19) 3866-4074	conchaladm@tjsp.jus.br
RAJ 04	7	COMARCA	C04100138	Fórum Itapira	PRACA CORONEL SOUZA FERREIRA, S/N	SANTA CRUZ	13974-347	Itapira	(19) 3863-0523	itapiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	7	COMARCA	C04111149	Fórum Mogi Guaçu	RUA JOSE COLOMBO, 45	MORRO DE OURO	13840-065	Mogi Guaçu	(13) 3355-9198	mojiguacuadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	8	SEDE CJ	C04089126	Fórum Campinas	AV. FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300	JARDIM SANTANA	13088-653	Campinas	(19) 3756-3512	campinasadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	8	COMARCA	C04089127	Fórum Vila Mimosa	RUA DIONISIO CAZOTTI, 719	Vila Mimosa	13050-050	Campinas	(19) 3229-9888	vimimosadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	8	COMARCA	C04095133	Fórum Cosmópolis	RUA RAMOS DE AZEVEDO, 365	CENTRO	13150-000	Cosmópolis	(19) 3872-2504	cosmopolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	8	COMARCA	C04116154	Fórum Paulínia	PRACA VINTE E OITO DE FEVEREIRO, 180	NOVA PAULINIA	13140-000	Paulínia	(19) 3874-1104	pauliniaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	8	COMARCA	C04133171	Fórum Valinhos	RUA PROFESSOR ATALIBA NOGUEIRA, 36	RES. SAO LUIZ	13270-660	Valinhos	(19) 3871-4100	valinhosadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	9	SEDE CJ	C04123161	Fórum Rio Claro	AV. ULYSSES GUIMARÃES, 2800	VILA NOVA	13506-547	Rio Claro	(19) 3524-4722	rioclaroadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	9	COMARCA	C04086123	Fórum Brotas	PRACA. 9 DE JULHO, 26	CENTRO	17380-000	Brotas	(14) 3653-1115	brotasadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	9	COMARCA	C04102140	Fórum Itirapina	RUA 1, 180	CENTRO	13530-000	Itirapina	(19) 3575-1270	itirapinaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	10	SEDE CJ	C04109147	Fórum Limeira	RUA BOA MORTE, 661	CENTRO	13480-181	Limeira	(19) 3442-5000	limeiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	10	COMARCA	C04082119	Fórum Araras	AV. DA ANTONIO PRUDENTE, 322	JD. UNIVERSITARIO ARARAS	13607-335	Araras	(12) 3882-3099	ararasadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	10	COMARCA	C04094132	Fórum Cordeirópolis	RUA 7 DE SETEMBRO, 350	CENTRO	01349-000	Cordeirópolis	(19) 3546-2500	cordeiroadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	11	SEDE CJ	C04121159	Fórum Pirassununga	RUA JOSE BONIFACIO, 70	CENTRO	13631-062	Pirassununga	(19) 3561-7088	pirassunungaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	11	COMARCA	C04108146	Fórum Leme	RUA BERNARDINO DE CAMPOS, 770	VILA SANTUCCI	13614-180	Leme	(19) 3571-3590	lemeadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	11	COMARCA	C04122160	Fórum Porto Ferreira	RUA DOUTOR CARLINDO VALERIANI, 525	CENTRO	13660-000	Porto Ferreira	(14) 3761-1771	portoferreiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	11	COMARCA	C04126164	Fórum Santa Rita do Passa Quatro	RUA VICTOR ANNIBAL ROSIN, 251	JARDIM AMERICA	13670-000	Santa Rita do Passa Quatro	(19) 3863-0523	santaritaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	SEDE CJ	C04120158	Fórum Piracicaba	RUA BERNARDINO DE CAMPOS, 55	CIDADE ALTA	13417-901	Piracicaba	(19) 3433-4177	piracicabaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	COMARCA	C04091129	Fórum Capivari	RUA DOUTOR JOAO ADOLFO STEIN, 171	CENTRO	13360-000	Capivari	(19) 3872-1135	capivariadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	COMARCA	C04092130	Fórum Cerquilha	AV. WASHINGTON LUIZ, 2501	CENTRO	01852-000	Cerquilha	(12) 3144-3600	cerquilhoodm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	COMARCA	C04107145	Fórum Laranjal Paulista	AV. PREFEITO HERMELINDO PILLON, S/N	JARDIM ELITE	18500-000	Laranjal Paulista	(11) 4444-1900	laranjaladm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	COMARCA	C04113151	Fórum Monte Mor	RUA JOAO CARLOS GOMES CARNEIRO, 12	JD. GUANABARA	13190-000	Monte Mor	(19) 3879-1302	montemoradm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	COMARCA	C04124162	Fórum Rio das Pedras	RUA PRUDENTE DE MORAES, 136	CENTRO	13390-000	Rio das Pedras	(19) 3493-1125	riodaspedrasadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	COMARCA	C04128166	Fórum São Pedro	PRACA ADOLPHO BONIFACIO BRAGAIA, S/N	CENTRO	13520-000	São Pedro	(19) 3481-3328	saopedroadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	34	COMARCA	C04132170	Fórum Tietê	AV. XI DE AGOSTO, 130	CENTRO	18530-000	Tietê	(15) 3282-1731	tieteadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	50	SEDE CJ	C04127165	Fórum São João da Boa Vista	AV. DOUTOR OCTÁVIO DA SILVA BASTOS, 2150	JARDIM NOVA SÃO JOÃO	13874-149	São João da Boa Vista	(19) 3638 1630	saojoaoadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	50	COMARCA	C04078115	Fórum Aguaí	RUA JOAQUIM PAULA CRUZ, 900	CENTRO	13860-000	Aguaí	(19) 3652-2024	aguaiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	50	COMARCA	C04096134	Fórum Espírito Santo do Pinhal	AV. 9 DE JULHO, 90	CENTRO	13990-000	Espírito Santo do Pinhal	(19) 3878-1968	pinhaladm@tjsp.jus.br
RAJ 04	50	COMARCA	C04134172	Fórum Vargem Grande do Sul	AV. WALTER TATONI, 343	VILA SANTANA	13880-000	Vargem Grande do Sul	(19) 3641-1019	vgdosuladm@tjsp.jus.br
RAJ 04	53	SEDE CJ	C04080117	Fórum Americana	AV. BRASIL SUL, 2669	PARQUE RESIDENCIAL NARDINI	13468-390	Americana	(19) 3406-1684	americanaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	53	COMARCA	C04099137	Fórum Hortolândia	RUA ÍMOLA, 75	JARDIM RESIDENCIAL FIRENZE	13189-212	Hortolândia	(19) 3865-1296	hortolandiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	53	COMARCA	C04115153	Fórum Nova Odessa	AV. JOAO PESSOA, 1300	BOSQUE DOS CEDROS	13460-000	Nova Odessa	(19) 3466-5996	novaoedssaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	53	COMARCA	C04125163	Fórum Santa Bárbara D'Oeste	PRACA D. CAROLINA, S/N	JARDIM PANAMBI	13450-902	Santa Bárbara D'Oeste	(15) 3522-0444	santabarbaraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	53	COMARCA	C04131169	Fórum Sumaré	RUA ANTONIO DE CARVALHO, 99	VILA SANTANA	13170-901	Sumaré	(19) 3873-2999	sumareadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	54	SEDE CJ	C04081118	Fórum Amparo	PRACA TENENTE JOSE FERRAZ DE OLIVEIRA, 55	CENTRO	13900-029	Amparo	(19) 3807-3444	amparoadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	54	COMARCA	C04079116	Fórum Águas de Lindóia	RUA FRANCISCO SPARTANI, 66	JARDIM NOVA LINDOIA	13940-000	Águas de Lindóia	(19) 3824-1960	aguaslindoiadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	54	COMARCA	C04104142	Fórum Jaguariúna	RUA SANTO. ANTONIO DE POSSE, 259	DOM BOSCO	13820-000	Jaguariúna	(19) 3867-0938	jaguariunaadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	54	COMARCA	C04117155	Fórum Pedreira	RUA ODAVILSO UTTEMBERGUE, 80	PQ. INDUSTRIAL	13920-000	Pedreira	(19) 3893-2814	pedreiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	54	COMARCA	C04129167	Fórum Serra Negra	PRACA BARAO DO RIO BRANCO, S/N	CENTRO	13930-000	Serra Negra	(19) 3892-2364	serranegraadm@tjsp.jus.br
RAJ 04	54	COMARCA	C04130168	Fórum Socorro	PRACA 9 DE JULHO, 222	CENTRO	13960-000	Socorro	(11) 4538-3733	socorroadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	26	SEDE CJ	C05138176	Fórum Assis	R DOUTOR LÍCIO BRANDAO DE CAMARGO, 50	VILA CLEMETINA	19802-300	Assis	(18) 3322-6011	assisadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	26	COMARCA	C05140178	Fórum Cândido Mota	PR ANTONIO PIPOLO, SN	CENTRO	19880-000	Cândido Mota	(18) 3341-1612	candidomotaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	26	COMARCA	C05148186	Fórum Maracá	R NOVE DE JULHO, 139	CENTRO	19840-000	Maracá	(18) 3371-1182	maracaiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	26	COMARCA	C05154192	Fórum Palmital	AV REGINALDA LEAO, 1500	CENTRO	19970-000	Palmital	(18) 3351-1144	palmitaladm@tjsp.jus.br
RAJ 05	26	COMARCA	C05156194	Fórum Paraguaçu Paulista	AV SIQUEIRA CAMPOS, 1429	VILA AFFINI	19700-000	Paraguaçu Paulista	(18) 3361-7911	paraguacuadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	26	COMARCA	C05163201	Fórum Quatã	AV RUI BARBOSA, 844	CENTRO	19780-000	Quatã	(18) 3366-1003	quataadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	27	SEDE CJ	C05161199	Fórum Presidente Prudente	AV CORONEL JOSE SOARES MARCONDES, 2201	VILA AFFINI	19013-050	Presidente Prudente	(18) 3221-3144	prudenteadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	27	COMARCA	C05145183	Fórum Iepê	R MINAS GERAIS, 343	CENTRO	19640-000	Iepê	(18) 3264-1583	iepeadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	27	COMARCA	C05150188	Fórum Martinópolis	R JOSE HENRIQUE DE MELLO, 158	CENTRO	19500-000	Martinópolis	(18) 3275-1444	martinopolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	27	COMARCA	C05157195	Fórum Pirapozinho	R DR. CARLOS ALBERTO LEITE BOULHOSA, 525	JD MORADA DO SOL	19200-000	Pirapozinho	(18) 3269-2708	pirapozinhoodm@tjsp.jus.br
RAJ 05	27	COMARCA	C05159197	Fórum Presidente Bernardes	R DR. ARMANDO FALCONE, SN	CENTRO	19300-000	Presidente Bernardes	(18) 3262-1020	bernardesadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	27	COMARCA	C05164202	Fórum Rancharia	R MARCILIO DIAS, 615	CENTRO	19600-000	Rancharia	(18) 3265-6841	ranchariaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	27	COMARCA	C05165203	Fórum Regente Feijó	R CARLOS BELTRAMI, 10	PORTAL DO SOL	19570-100	Regente Feijó	(18) 3279-1344	regfeioadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	28	SEDE CJ	C05162200	Fórum Presidente Venceslau	AV FAUSTINO RODRIGUES AZENHA, 1500	JD EUROPA	19400-000	Presidente Venceslau	(18) 3271-3644	venceslauadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	28	COMARCA	C05151189	Fórum Mirante do Paranapanema	R MARIA LUCIA RODRIGUES DE ALMEIDA, 455	CENTRO	19260-000	Mirante do Paranapanema	(18) 3991-1033	miranteadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	28	COMARCA	C05160198	Fórum Presidente Epitácio	PR PRES. VARGAS, 1 31	CENTRO	19470-000	Presidente Epitácio	(18) 3281-1222	epitacioadm@tjsp.jus.br

ENDEREÇOS - UNIDADES ADMINISTRATIVAS

RAJ	Nº DA CJ	TIPO	CENTRO DE CUSTO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
RAJ 05	28	COMARCA	C05166204	Fórum Rosana	R CURIMBATA, 788 802	PRIMAVERA	19274-000	Rosana	(18) 3284-5338	rosanaspadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	28	COMARCA	C05167205	Fórum Santo Anastácio	PR ATALIBA LEONEL, 251	CENTRO	19360-000	Santo Anastácio	(18) 3263-2377	santoanastacioadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	28	COMARCA	C05168206	Fórum Teodoro Sampaio	R MANOEL RAMOS GONCALVES, 573	VILA SAO PAULO	19280-000	Teodoro Sampaio	(18) 3282-1555	teodsampaioadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	29	SEDE CJ	C05141179	Fórum Dracena	R BOLIVIA, 137	JD AMERICA	17900-000	Dracena	(18) 3822-1156	dracenaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	29	COMARCA	C05146184	Fórum Junqueirópolis	R PORTO ALEGRE, 1230	AMERICA	17890-000	Junqueirópolis	(18) 3841-1432	junqueiropolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	29	COMARCA	C05153191	Fórum Pacaembu	AV SAO JOÃO, 1361	CENTRO	17860-000	Pacaembu	(18) 3862-1577	pacaembuadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	29	COMARCA	C05155193	Fórum Panorama	R MANOEL FERNANDES DA CUNHA, 1308	CENTRO	17980-000	Panorama	(18) 3871-1575	panoramaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	29	COMARCA	C05170208	Fórum Tupi Paulista	R TIRADENTES, 877	CENTRO	17930-000	Tupi Paulista	(18) 3851-1211	tuptaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	30	SEDE CJ	C05169207	Fórum Tupã	R COLOMBIA, 200	JD AMERICA	17605-320	Tupã	(14) 3496-8033	tupaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	30	COMARCA	C05137175	Fórum Adamantina	AV ADEMAR DE BARROS, 133	CENTRO	17800-000	Adamantina	(18) 3521-1814	adamantinaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	30	COMARCA	C05139177	Fórum Bastos	R XV DE NOVEMBRO, 50	JARDIM HIKARI	17690-000	Bastos	(14) 3478-3001	bastosadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	30	COMARCA	C05142180	Fórum Flórida Paulista	PR GERSON VERONESE FERRACINI, 184	CENTRO	17830-000	Flórida Paulista	(18) 3581-1123	floridaptaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	30	COMARCA	C05147185	Fórum Lucélia	PR JOSE FIRPO, SN	CENTRO	17780-000	Lucélia	(18) 3551-1155	luceliaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	30	COMARCA	C05152190	Fórum Osvaldo Cruz	AV ESTADOS UNIDOS, 480	JD DAS BANDEIRAS	17700-000	Osvaldo Cruz	(18) 3528-1817	osvaldocruzadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	31	SEDE CJ	C05149187	Fórum Marília	R LOURIVAL FREIRE, 120	FRAGATA	17519-902	Marília	(14) 3433-2233	mariliaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	31	COMARCA	C05143181	Fórum Gália	AV SAO JOSE, 431	CENTRO	17450-000	Gália	(14) 3274-1410	galiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	31	COMARCA	C05144182	Fórum Garça	PR DR MARTINHO FUNCHAL BARROS, 50	WILLIANS	17400-000	Garça	(14) 3406-1177	garcaadm@tjsp.jus.br
RAJ 05	31	COMARCA	C05158196	Fórum Pompéia	R CLEMENTINO JOSE DE PAULA, 387	CENTRO	17580-000	Pompéia	(14) 3452-2022	pompeiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	12	SEDE CJ	C06209247	Fórum São Carlos	R CONDE DO PINHAL, 2061	CENTRO	13560-648	São Carlos	(16) 3374-1255	saocarlosadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	12	COMARCA	C06181219	Fórum Descalvado	PR LUCIANO ESTEVES, SN	CENTRO	13690-000	Descalvado	(16) 3583-3880	descalvadoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	12	COMARCA	C06185223	Fórum Ibaté	R ALBANO BUZO, 367	JARDIM MARIANA	14815-000	Ibaté	(16) 3343-2104	ibateadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	12	COMARCA	C06205243	Fórum Ribeirão Bonito	R GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO, 231	CENTRO	13580-000	Ribeirão Bonito	(16) 3344-1160	ribeiraobonitoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	13	SEDE CJ	C06173211	Fórum Araraquara	R DOS LIBANESES, 1998	CARMO	14801-425	Araraquara	(16) 3336-1888	araraquaraadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	13	COMARCA	C06172210	Fórum Américo Brasiliense	R D. PEDRO II, 65	CENTRO	14820-000	Américo Brasiliense	(16) 3392-1110	americoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	13	COMARCA	C06175213	Fórum Borborema	R JOAQUIM MARTINS CARVALHO, 676	CENTRO	14955-000	Borborema	(16) 3266-1010	borboremaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	13	COMARCA	C06186224	Fórum Ibitinga	R PRUDENTE DE MORAES, 570	CENTRO	14940-000	Ibitinga	(16) 3342-2112	ibitingaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	13	COMARCA	C06189227	Fórum Itápolis	AV DOS AMAROS, 800	CENTRO	14900-000	Itápolis	(16) 3262-1007	itapolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	13	COMARCA	C06193231	Fórum Matão	Rua Leandro Bocchi, 560	Residencial Monte Carlo	15991-152	Matão	(16) 3382-2169	mataoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	13	COMARCA	C06319355	Fórum Iacanga	RUA PADRE JORGE MATTAR, 150	CENTRO	17180-041	Iacanga	(14) 3294-1747	iacangaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	38	SEDE CJ	C06182220	Fórum Franca	AV PRESIDENTE VARGAS, 2650	JARDIM DR. ANTONIO PETRAGLIA	14402-000	Franca	(16) 3722-4499	francaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	38	COMARCA	C06200238	Fórum Patrocínio Paulista	PR N.S. DO PATROCINIO, 1118	CENTRO	14415-000	Patrocínio Paulista	(16) 3145-1333	patrociniadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	38	COMARCA	C06201239	Fórum Pedregulho	PR PADRE LUIS SAVIO, SN	CENTRO	14470-000	Pedregulho	(16) 3171-1206	pedregulhoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	39	SEDE CJ	C06174212	Fórum Batatais	PRAÇA DR. JOSÉ ARANTES JUNQUEIRA Nº 01	CENTRO	14300-023	Batatais	(16) 3761-5455	batataisadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	39	COMARCA	C06171209	Fórum Altinópolis	AV DOUTOR ALBERTO CRIVELENTI, 555	CENTRO	14350-000	Altinópolis	(16) 3665-2211	altinopadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	39	COMARCA	C06176214	Fórum Brodowski	AV PAPA JOAO XXIII, 1550	JARDIM CHAMPAGNAT	14340-000	Brodowski	(16) 3664-2777	brodowskiadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	39	COMARCA	C06197235	Fórum Morro Agudo	R BASILIO OTAVIO, 313	CJ HAB. JOSÉ BENEDETTI	14640-000	Morro Agudo	(16) 3851-1855	morroagudoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	39	COMARCA	C06198236	Fórum Nuporanga	AV PADRE GERALDO TROSSEL, 369	CENTRO	14670-000	Nuporanga	(16) 3847-1104	nuporangaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	39	COMARCA	C06199237	Fórum Orlândia	PR CORONEL FRANCISCO ORLANDO, SN	CENTRO	14620-000	Orlândia	(16) 3826-1011	orlandiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	40	SEDE CJ	C06190228	Fórum Ituverava	AV ANHANGUERA, 778	CIDADE UNIVERSITÁRIA	14500-000	Ituverava	(16) 3839-0388	ituveravaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	40	COMARCA	C06183221	Fórum Guará	R CARLOS DE CAMPOS, 260	CENTRO	14580-000	Guará	(16) 3831-3280	guaraadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	40	COMARCA	C06187225	Fórum Igarapava	R CAPITAO ANTONIO AUGUSTO MACIEL, 130	CENTRO	14540-000	Igarapava	(16) 3172-5455	igarapavaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	40	COMARCA	C06188226	Fórum Ipuã	AV CARLOS FERNANDES, 320	CENTRO	14610-000	Ipuã	(16) 3832-1309	ipuaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	40	COMARCA	C06194232	Fórum Miguelópolis	R PEDRO CRISTINO DA SILVA, 1005	CENTRO	14530-000	Miguelópolis	(16) 3835-2249	miguelopolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	40	COMARCA	C06210248	Fórum São Joaquim da Barra	PR MAGINO DINIZ JUNQUEIRA, 30	CENTRO	14600-000	São Joaquim da Barra	(16) 3818-0466	saojoaquimadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	SEDE CJ	C06206244	Fórum Ribeirão Preto	R ALICE ALEM SAADI, 1010	NOVA RIBEIRÂNIA	14096-570	Ribeirão Preto	(16) 3629-0004	ribeiraopretoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06178216	Fórum Cajuru	R JOSE BONIFACIO, 817	CENTRO	14240-000	Cajuru	(16) 3667-3033	cajuruadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06180218	Fórum Cravinhos	AV FAGUNDES, 29	CENTRO	14140-000	Cravinhos	(16) 3951-1250	cravinhosadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06192230	Fórum Jardinópolis	PRAÇA DR MARIO LINS, SN	CENTRO	14680-000	Jardinópolis	(16) 3663-4121	jardinopolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06204242	Fórum Pontal	R JOAO DOS REIS, 544	CENTRO	14180-000	Pontal	(16) 3953-1131	pontaladm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06208246	Fórum Santa Rosa do Viterbo	R FRANCISCO CARVALHO DE ANDRADE, 121	CENTRO	14270-000	Santa Rosa do Viterbo	(16) 3954-2555	santarosaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06213251	Fórum São Simão	R 20 DE AGOSTO, 258	CENTRO	14200-000	São Simão	(16) 3984-1293	saosimaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06214252	Fórum Serrana	AV HABIB JABALI, 500	JARDIM BOA VISTA	14150-000	Serrana	(16) 3987-2021	serranaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	41	COMARCA	C06215253	Fórum Sertãozinho	AV PEDRO STRINI Nº 71	JARDIM AMÉRICA	14160-260	Sertãozinho	(16) 3942-8434	sertaozinhoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	42	SEDE CJ	C06191229	Fórum Jaboticabal	PRAÇA DO CAFE, SN	JARDIM BELA VISTA	14870-901	Jaboticabal	(16) 3203-3211	jaboticabaladm@tjsp.jus.br
RAJ 06	42	COMARCA	C06184222	Fórum Guariba	R FERES SADALLA, 761	CENTRO	14840-000	Guariba	(16) 3251-1116	guaribaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	42	COMARCA	C06196234	Fórum Monte Alto	R DR. RAUL DA ROCHA MEDEIROS, 1251	CENTRO	15910-000	Monte Alto	(16) 3242-6006	montealtoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	42	COMARCA	C06202240	Fórum Pirangi	TR VER. RAFAEL JOAO GIGLIO, SN	CENTRO	15820-000	Pirangi	(17) 3386-2366	pirangiadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	42	COMARCA	C06203241	Fórum Pitangueiras	R DOUTOR EUCLIDES ZANINI CALDAS, 713	CENTRO	14750-000	Pitangueiras	(16) 3952-1115	pitangueirasadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	42	COMARCA	C06217255	Fórum Taquaritinga	R DUQUE DE CAXIAS, 267	CENTRO	15900-017	Taquaritinga	(16) 3252-5533	taquaritingaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	43	SEDE CJ	C06179217	Fórum Casa Branca	PR MINISTRO COSTA MANSO, 78	CENTRO	13770-000	Casa Branca	(19) 3671-2091	casabrancaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	43	COMARCA	C06177215	Fórum Caconde	PR CORONEL GUSTAVO RIBEIRO, 50	CENTRO	13770-000	Caconde	(19) 3662-1392	cacondeadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	43	COMARCA	C06195233	Fórum Mococa	AV DR. GABRIEL DO O, 1203	COHAB I	13732-620	Mococa	(19) 3656-0101	mococaadm@tjsp.jus.br

ENDEREÇOS - UNIDADES ADMINISTRATIVAS

RAJ	Nº DA CJ	TIPO	CENTRO DE CUSTO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
RAJ 06	43	COMARCA	C06207245	Fórum Santa Cruz das Palmeiras	AV DO CAFE, 665	CENTRO	13650-000	Santa Cruz das Palmeiras	(19) 3672-1296	stacruzpalmeirasadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	43	COMARCA	C06211249	Fórum São José do Rio Pardo	PR DOS TRES PODERES, 03	CENTRO	13720-000	São José do Rio Pardo	(19) 3608-4499	riopardoadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	43	COMARCA	C06212250	Fórum São Sebastião da Grama	R SAO SEBASTIAO, 126	CENTRO	13790-000	São Sebastião da Grama	(19) 3646-1755	gramaadm@tjsp.jus.br
RAJ 06	43	COMARCA	C06216254	Fórum Tambaú	R CAMPOS SALLES, 345	CENTRO	13710-000	Tambaú	(19) 3673-1053	tambuaadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	1	SEDE CJ	C07234272	Fórum Santos	PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO, S/Nº	CENTRO	11013-910	Santos	(13) 3221-4563	admsantos@tjsp.jus.br
RAJ 07	1	COMARCA	C07218256	Fórum Bertioga	AV. ANCHIETA, 162/192	CENTRO	11250-039	Bertioga	(13) 3317-3635	bertiogaadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	1	COMARCA	C07220258	Fórum Cubatão	AV. JOAQUIM MIGUEL COUTO, 320	JARDIM SAO FRANCISCO	11500-005	Cubatão	(13) 3361-6500	cubataoadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	1	COMARCA	C07222260	Fórum Guarujá	RUA SILVIO DAIGE, 280	JARDIM TEJEREBÁ	11440-550	Guarujá	(13) 3386-2950	guarujadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	1	COMARCA	C07232270	Fórum Praia Grande	AV. DOUTOR ROBERTO DE ALMEIDA VINHAS, 9101	VILA MIRIM	11705-900	Praia Grande	(13) 3471-1200	praigadeadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	1	COMARCA	C07235273	Fórum São Vicente	RUA JACOB EMERICH, 1238 - 3º ANDAR - SALA 05 - ALMOXARIFADO	PARQUE BITARU	11310-070	São Vicente	(13) 3467-5443	saovicenteadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	SEDE CJ	C07233271	Fórum Registro	RUA JERONIMO MONTEIRO LOPES, 93	VILA SÃO FRANCISCO	11900-000	Registro	(13) 3821-1010	registroadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	COMARCA	C07219257	Fórum Cananéia	RUA PERO LOBO, 75	CENTRO	11990-000	Cananéia	(13) 3851-1235	cananeaadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	COMARCA	C07221259	Fórum Eldorado	RUA PROFESSOR FRANCISCO CANTO, 14	CENTRO	11960-000	Eldorado	(13) 3871-1248	eldoradoadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	COMARCA	C07223261	Fórum Iguape	RUA NOVE DE JULHO, 122	CENTRO	11920-000	Iguape	(13) 3841-1226	iguapeadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	COMARCA	C07226264	Fórum Jacupiranga	AV. PRESIDENTE KENNEDY, 299	CENTRO	11940-000	Jacupiranga	(13) 3864-1021	jacupirangaadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	COMARCA	C07227265	Fórum Juquiá	RUA MAJOR MARTINS COELHO, 439	CENTRO	11800-000	Juquiá	(13) 3844-1911	juquiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	COMARCA	C07228266	Fórum Miracatu	AV. DONA EVARISTA DE CASTRO FERREIRA, 50	CENTRO	11850-000	Miracatu	(13) 3847-1183	miracatuadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	21	COMARCA	C07230268	Fórum Pariquera-Açu	AV. DOUTOR FERNANDO COSTA, 215	CENTRO	11930-000	Pariquera-Açu	(13) 3856-2261	pariqueraadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	56	SEDE CJ	C07224262	Fórum Itanhaém	AV. RUI BARBOSA, 867	CENTRO	11740-000	Itanhaém	(13) 3422-1215	itanhaeadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	56	COMARCA	C07225263	Fórum Itariri	RUA ENGº JOSE CLARET DE TOLEDO GOULART, 41	CENTRO	11760-000	Itariri	(13) 3418-1587	itaririadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	56	COMARCA	C07229267	Fórum Mongaguá	AV. SAO PAULO, 300	VILA SÃO PAULO	11730-000	Mongaguá	(13) 3448-1227	mongaguaadm@tjsp.jus.br
RAJ 07	56	COMARCA	C07231269	Fórum Peruibe	RUA NILO SOARES FERREIRA, 185	CENTRO	11750-000	Peruibe	(13) 3455-5400	peruibeadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	14	SEDE CJ	C08236274	Fórum Barretos	AV CENTENARIO DA ABOLICAO, 1500	AMERICA	14783-195	Barretos	(17) 3322-5700	barretosadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	14	COMARCA	C08237275	Fórum Bebedouro	AV OSVALDO PERRONE, 218	JARDIM ELDORADO	14.706-136	Bebedouro	(17) 3342-5366	bebedouroadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	14	COMARCA	C08240278	Fórum Colina	R DR. ADILSON STURARO, 45	CECAP	14770-000	Colina	(17) 3341-2284	colinaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	14	COMARCA	C08244282	Fórum Guaíra	AV DEZESSETE, 414	CENTRO	14790-000	Guaíra	(17) 3331-2186	guairaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	14	COMARCA	C08250288	Fórum Monte Azul Paulista	R FLORIANO PEIXOTO, 515	CENTRO	14730-000	Monte Azul Paulista	(17) 3361-1525	monteazuladm@tjsp.jus.br
RAJ 08	14	COMARCA	C08255293	Fórum Olímpia	Rua Engenheiro Reid, 377	CENTRO	15400-091	Olímpia	(17) 3281-1927	olimpiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	14	COMARCA	C08265303	Fórum Viradouro	R JOSE BORELLI, 10	CENTRO	14.740-000	Viradouro	(17) 3392-1416	viradouroadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	15	SEDE CJ	C08239277	Fórum Catanduva	PARQUE DAS AMERICAS, 55	CENTRO	15.800-032	Catanduva	(17) 3522-2299	Catanduvaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	15	COMARCA	C08245283	Fórum Itajobi	R SAID FARHAT, 100	CENTRO	15840-000	Itajobi	(17) 3546-1996	itajobiadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	15	COMARCA	C08254292	Fórum Novo Horizonte	PR SAO SEBASTIAO, 779	CENTRO	14960-000	Novo Horizonte	(17) 3542-1460	novohorizonteadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	15	COMARCA	C08260298	Fórum Santa Adélia	PR ADHEMAR DE BARROS, 255	CENTRO	15950-000	Santa Adélia	(17) 3571-1134	santadeliaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	15	COMARCA	C08262300	Fórum Tabapuá	R EUGENIO ULIAN, 1265	CENTRO	15880-000	Tabapuá	(17) 3562-1134	tabapuaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	15	COMARCA	C08264302	Fórum Urupês	PR JD. BELA VISTA, SN	JARDIM BELA VISTA	15.850-000	Urupês	(17) 3552-1224	urupesadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	SEDE CJ	C08261299	Fórum São José do Rio Preto	R MARECHAL DEODORO, 3036	CENTRO	15010-902	São José do Rio Preto	(17) 3229-3132	riopretoadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08246284	Fórum José Bonifácio	AV. MONSENHOR ANGELO ANGIONI, 1000	JARDIM JOSÉ DE ALMEIDA	1520-000	José Bonifácio	(17) 3245-1637	josebonifacioadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08247285	Fórum Macaúbal	R SEBASTIAO DIB, 668	CENTRO	15270-000	Macaúbal	(17) 3874-1908	macaubaladm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08248286	Fórum Mirassol	R FLORIANO PEIXOTO, 17 50	NOSSA SENHORA APARECIDA	15130-007	Mirassol	(17) 3242-3001	mirassoladm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08249287	Fórum Monte Aprazível	R MONTEIRO LOBATO, 269	CENTRO	15150-000	Monte Aprazível	(17) 3275-1705	monteapraziveladm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08251289	Fórum Neves Paulista	R RUI BARBOSA, 100	CENTRO	15120-000	Neves Paulista	(17) 3271-2104	nevespaulistaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08253291	Fórum Nova Granada	AV DR. HILDEBERTO A. FERREIRA, 1001	CENTRO	15440-000	Nova Granada	(17) 3262-1040	novagranadaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08257295	Fórum Palestina	R CAPITAO FARIA, 1048	CENTRO	15470-000	Palestina	(17) 3293-1341	palestinaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08258296	Fórum Paulo de Faria	R QUINZE DE NOVEMBRO, 809	CENTRO	15490-000	Paulo de Faria	(17) 3292-1124	paulofariaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08259297	Fórum Potirendaba	RUA PEDRO SIQUEIRA, 1042	JARDIM DO BOSQUE	15105-000	Potirendaba	(17) 3249-1788	potirendabaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	16	COMARCA	C08263301	Fórum Tanabi	PR STELIO MACHADO LOUREIRO, 273	CENTRO	15.170-000	Tanabi	(17) 3272-1345	tanabiadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	17	SEDE CJ	C08266304	Fórum Votuporanga	R ESPIRITO SANTO, 2497	CIA MELHORAMENTOS	15501-221	Votuporanga	(17) 3421-5866	votuporangaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	17	COMARCA	C08238276	Fórum Cardoso	R URIAS DE PAULA E SILVA, 1351	JD. GOUVÊA	15570-000	Cardoso	(17) 3453-1002	cardosoadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	17	COMARCA	C08252290	Fórum Nhandeara	R RAUL CARDOSO DE SOUZA, 197	CENTRO	15190-000	Nhandeara	(17) 3472-1510	nhandearaadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	18	SEDE CJ	C08242280	Fórum Fernandópolis	AV RAUL GONCALVES JUNIOR, 850	SANTA RITA	15610-000	Fernandópolis	(17) 3442-4088	fernandopolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	18	COMARCA	C08241279	Fórum Estrela D'Oeste	R MINAS GERAIS, SN	CENTRO	15650-000	Estrela D'Oeste	(17) 3833-1269	estreladoeastadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	18	COMARCA	C08243281	Fórum General Salgado	R AZILINO ANTONIO DO PRADO, 991	CENTRO	15300-000	General Salgado	(17) 3832-1122	gsalgadoadm@tjsp.jus.br
RAJ 08	18	COMARCA	C08256294	Fórum Ouroeste	AV JOAO VALDEVISSO, 1350	JD SARINHA II	15685-000	Ouroeste	(17) 3843-1733	ouroeastadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	46	SEDE CJ	C09287325	Fórum São José dos Campos	AV. SALMAO, 678 - PARQUE RESIDENCIAL AQUARIUS	JD. AQUARIUS	12246-260	São José dos Campos	(12) 3878-7100	sjpgamosadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	46	COMARCA	C09277315	Fórum Jacareí	PRACA DOS TRES PODERES, S/N	CENTRO	12327-902	Jacareí	(12) 3952-6858	jacareiadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	46	COMARCA	C09279317	Fórum Paraibuna	RUA MAJOR JOAO ELIAS CALAZANS, 565	CENTRO	12260-000	Paraibuna	(12) 3974-0067	paraibunaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	46	COMARCA	C09284322	Fórum Salesópolis	RUA ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, Nº 30	CENTRO	08970-000	Salesópolis	(11) 4696-1166	salesopolisadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	46	COMARCA	C09285323	Fórum Santa Branca	RUA ALFREDO DE LIMA, 90 -ESQ-C/RUA INDEPENDENCIA, 250	CENTRO	12380-000	Santa Branca	(12) 3972-0103	santabrancaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	47	SEDE CJ	C09290328	Fórum Taubaté	RUA JOSE LICURGO INDIANI, S/ N	JD. MARIA AUGUSTA	12070-070	Taubaté	(12) 3633-5556	taubateadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	47	COMARCA	C09269307	Fórum Caçapava	PRACA DA BANDEIRA, 177/179	CENTRO	12281-630	Caçapava	(12) 3653-5600	cacapavaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	47	COMARCA	C09271309	Fórum Campos do Jordão	AV. DR. JUANUARIO MIRAGLIA, 1200	VILA ABERNESSIA	12460-000	Campos do Jordão	(12) 3662-2122	camposjordoadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	47	COMARCA	C09280318	Fórum Pindamonhangaba	ALCIDES RAMOS NOGUEIRA, 780 – REAL VILLE	MOMBACA	12421-010	Pindamonhangaba	(12) 3643-2784	pindaadm@tjsp.jus.br

ENDEREÇOS - UNIDADES ADMINISTRATIVAS

RAJ	Nº DA CJ	TIPO	CENTRO DE CUSTO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	BAIRRO	CEP	MUNICÍPIO	TELEFONE	E-MAIL
RAJ 09	47	COMARCA	C09286324	Fórum São Bento do Sapucaí	RUA CAPITAO PROCOPIO MARCONDES AZEREDO, 43	CENTRO	12490-000	São Bento do Sapucaí	(12) 3971-1380	saobentoadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	47	COMARCA	C09288326	Fórum São Luis do Paraitinga	AV. VEREADOR JOSE PINTO DE SOUZA, S/N	VARZEA DOS PASSARINHOS	12140-000	São Luis do Paraitinga	(12) 3671-1170	paraitingaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	47	COMARCA	C09291329	Fórum Tremembé	RUA COSTA CABRAL, 1183	CENTRO	12120-000	Tremembé	(12) 3672-3554	tremembeadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	SEDE CJ	C09275313	Fórum Guaratinguetá	AV. DR. ARIBERTO PEREIRA DA CUNHA, 280	PORTAL DAS COLINAS	12516-410	Guaratinguetá	(12) 3125-4907	guaratadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09267305	Fórum Aparecida	AV. PADROEIRA DO BRASIL, 180	SAO ROQUE	12570-000	Aparecida	(12) 3105-2545	aparecidaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09268306	Fórum Bananal	PRACA RUBIAO JUNIOR, 305 - CENTRO	CENTRO	12850-000	Bananal	(12) 3116-1359	bananaladm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09270308	Fórum Cachoeira Paulista	PRACA PREF. PRADO FILHO, S/N	CENTRO	12630-000	Cachoeira Paulista	(12) 3101-1611	cachptaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09273311	Fórum Cruzeiro	RUA FRANCISCO MARZANO, 100	VILA CELESTINA	12710-900	Cruzeiro	(12) 3144-3600	cruzeiroadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09274312	Fórum Cunha	PRACA DOUTOR PRUDENTE GUIMARAES, 12	CENTRO	12530-000	Cunha	(12) 3111-1406	cunhaspadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09278316	Fórum Lorena	AV. DR. EPITACIO SANTIAGO, 99	CENTRO	12600-530	Lorena	(12) 3153-1974	lorenaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09281319	Fórum Piquete	RUA PROFESSORA MARIA DE LOURDES BRITO VILAR, S/N	CENTRO	12620-000	Piquete	(12) 3156-1644	piqueteadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09282320	Fórum Queluz	PRACA PORTUGAL, 174	CENTRO	12800-000	Queluz	(12) 3147-1390	queluzadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	48	COMARCA	C09283321	Fórum Roseira	RUA DOM EPAMINONDAS, 54	CENTRO	12580-000	Roseira	(12) 3646-1400	roseiraadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	51	SEDE CJ	C09272310	Fórum Caragatatuba	PRACA DOUTOR JOSE REBELLO DA CUNHA, 73	CENTRO	11661-050	Caragatatuba	(12) 3882-3099	caraguadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	51	COMARCA	C09276314	Fórum Ilhabela	RUA BENEDITO DOS ANJOS SAMPAIO, 29	JD. BARRA VELHA	11630-000	Ilhabela	(12) 3895-8734	ilhabelaadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	51	COMARCA	C09289327	Fórum São Sebastião	RUA EMIDIO ORSELLI, 333	VARADOURO	11630-627	São Sebastião	(12) 3892-3118	saosebastiaospadm@tjsp.jus.br
RAJ 09	51	COMARCA	C09292330	Fórum Ubatuba	RUA SERGIO LUCINDO DA SILVA, 571	ESTUFA II	11689-416	Ubatuba	(12) 3832-8684	ubatubaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	SEDE CJ	C10316352	Fórum Sorocaba	RUA 28 DE OUTUBRO, 691 - JARDIM DO PACO	JARDIM DO PACO	18087-000	Sorocaba	(15) 3243-3944	sorocabaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	COMARCA	C10299337	Fórum Ibiúna	PRACA MONSENHOR ANTONIO PEPE, 2	CENTRO	18150-000	Ibiúna	(12) 3971-1380	ibiunaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	COMARCA	C10307345	Fórum Mairinque	AV. DOUTOR GASPARD RICARDO JR., 185	CENTRO	18120-000	Mairinque	(15) 3251-4013	mairinqueadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	COMARCA	C10308346	Fórum Piedade	AV. CORACAO DE JESUS, 117	VILA OLINDA	18170-000	Piedade	(12) 3633-5556	piedade@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	COMARCA	C10313349	Fórum Salto de Pirapora	RUA FRANCISCO DE BARROS LEITE, 708	CENTRO	18160-000	Salto de Pirapora	(19) 3871-1948	saltopiraporaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	COMARCA	C10315351	Fórum São Roque	AV. JOHN FITZGERALD KENNEDY, 355	CENTRO	18130-510	São Roque	(11) 4606-1877	saoroqueadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	COMARCA	C10318354	Fórum Votorantim	AV. LUIZ DO PATROCINIO FERNANDES, 762	CENTRO	18113-070	Votorantim	(19) 3807-3444	votorantimadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	19	COMARCA	C10320356	Fórum Pilar do Sul	PRAÇA PADRE LUIS TRENTINI, 330	CENTRO	18185-000	Pilar do Sul	(15) 3278-1981	pillardosuladm@tjsp.jus.br
RAJ 10	20	SEDE CJ	C10306344	Fórum Itu	RUA LUIZ BOLOGNESI, S/N	BRASIL	13301-360	Itu	(11) 4022-1101	ituadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	20	COMARCA	C10295333	Fórum Boituva	Rua José Neme, 269	Centro Empresarial Castelo Branco	18552-116	Boituva	(15) 3416-1551	boituvaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	20	COMARCA	C10297335	Fórum Cabreúva	RUA ADEMAR CLEMENTE NUNES, 11	JACARE	13318-000	Cabreúva	(19) 3582-4431	cabreuvaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	20	COMARCA	C10300338	Fórum Indaiatuba	RUA ADEMAR DE BARROS, 774	CENTRO	13330-130	Indaiatuba	(19) 3875-2470	indaiatubaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	20	COMARCA	C10312348	Fórum Salto	AV. DOM PEDRO II, Nº 261	CENTRO	13320-240	Salto	(11) 4029-6817	saltoadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	20	COMARCA	C10321357	Fórum Porto Feliz	AV JOSE MAURINO, 252	CENTRO	18540-000	Porto Feliz	(15) 3262-1217	portofelizadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	22	SEDE CJ	C10302340	Fórum Itapetininga	PRACA TRES PODERES, S/N	JARDIM MARABA	18213-545	Itapetininga	(11) 4712-2200	itapetiningaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	22	COMARCA	C10293331	Fórum Angatuba	RUA PUBLIO DE ALMEIDA MELO, 832	CENTRO	18240-000	Angatuba	(19) 3455-7294	angatubaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	22	COMARCA	C10298336	Fórum Capão Bonito	RUA RAFAEL MACHADO NETO, 50	VILA NOVA CAPAO BONITO	18304-130	Capão Bonito	(15) 3542-4259	capbonitoadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	22	COMARCA	C10310347	Fórum Porangaba	RUA VEREADOR BRAZ GICA DA PAZ, 193	CENTRO	18260-000	Porangaba	(12) 3832-8684	porangabaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	22	COMARCA	C10314350	Fórum São Miguel Arcanjo	RUA BENTO FRANCA, 332	CENTRO	18230-000	São Miguel Arcanjo	(19) 3871-6884	smarcanjoadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	22	COMARCA	C10317353	Fórum Tatuí	AV. VIRGINIO MONTEZZO FILHO, 2009	NOVA TATUI	18278-440	Tatuí	(15) 3251-4013	tatuiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	22	COMARCA	C10322360	Fórum Cesário Lange	RUA DO COMERCIO, 691	CENTRO	18285-000	Cesário Lange	(15) 3251-4013	cesariolangeadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	49	SEDE CJ	C10303341	Fórum Itapeva	AV. PAULINA DE MORAES, 444 (ANTIGA AV. CASTELO BRANCO)	VILA OPHELIA	18400-818	Itapeva	(15) 3522-0444	itapevaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	49	COMARCA	C10294332	Fórum Apiaí	PRACA FRANCISCO XAVIER DA ROCHA, 182	CENTRO	18320-000	Apiaí	(15) 3552-1103	apiaiaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	49	COMARCA	C10296334	Fórum Buri	RUA CARLOS ALBERTO PEREIRA JUNIOR, 549	VILA SENE	18290-000	Buri	(15) 3546-2443	buriadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	49	COMARCA	C10301339	Fórum Itaberá	RUA CORONEL JOSE PEDRO DE LIMA, 266	JARDIM CAROLINA CENTRO	18440-000	Itaberá	(15) 3562-1529	itaberaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	49	COMARCA	C10304342	Fórum Itaporanga	AV. SANTA CRUZ, 59 - 1º ANDAR	CENTRO	18480-000	Itaporanga	(12) 3892-6213	itaporangaadm@tjsp.jus.br
RAJ 10	49	COMARCA	C10305343	Fórum Itararé	RUA FREI CANECA, 982,982 - TERREO	CENTRO	18460-970	Itararé	(13) 3469-1788	itarareadm@tjsp.jus.br

Observações:

- 1) A listagem de municípios / prédios que compõem as Regiões Administrativas poderá ser atualizada no decorrer da licitação. Os locais de entrega serão informados quando da emissão da Autorização de Fornecimento/Contrato.
- 2) Na impossibilidade de contato com alguma Unidade, por mudança de telefone e/ou endereço, a empresa deverá entrar em contato com a equipe de Gestão Contratual do Almoxarifado Central pelo e-mail almox.gestao@tjsp.jus.br.

ANEXO I-D - MODELO DE PROPOSTA - LOTE ÚNICO				
Ata de Registro de Preços - Aparelhos de Ar-Condicionado Portátil				
DADOS DA EMPRESA				
Razão Social:		CNPJ:		
Endereço:		Validade da proposta:		60 dias
Email		Telefone:		

* truncar o valor unitário na segunda casa decimal

Item	CÓDIGO	DESCRIÇÃO RESUMIDA	MARCA(S)/MODELO(S)	TOTAL A REGISTRAR	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR UNITÁRIO (*)	VALOR TOTAL	REDUÇÃO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	12.0314	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs - 127 Volts		2.500	3.238,96		R\$ 0,00	R\$ 10,00
2	12.0315	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs - 220 Volts		1.000	3.825,18		R\$ 0,00	R\$ 10,00
						VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 0,00	

Observações:
1) Frete e demais despesas inclusos no preço, considerando entrega em qualquer Município das Regiões Administrativas (Item 3.5.1 do TR)
2) Validade da proposta: 60 dias (Item 3.6.1 do TR)
3) Prazo de entrega: 45 (quarenta e cinco) dias corridos (Item 8.1 do TR)
4) Prazo de pagamento: 30 (trinta) dias após o ateste da Nota Fiscal (Item 10.5.5 do TR)
5) Prazo de garantia: 12 (doze) meses a contar do ateste da Nota Fiscal (Itens 6.2.1 e 6.2.1.1 do TR)
6) Conta do Banco do Brasil para pagamento:

Identificação e assinatura:	Assinatura
-----------------------------	------------

ANEXO I-E

TERMO DE GARANTIA

Pregão Eletrônico nº:
Razão Social:
Responsável:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS

(Se for a mesma assistência técnica para todas as regiões, preencher somente o primeiro quadro)

Lote/Grupo de Itens:

PARA TODAS AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 1 – GRANDE SÃO PAULO
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 2 – ARAÇATUBA
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 3 – BAURU
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 4 - CAMPINAS
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 5 – PRESIDENTE PRUDENTE
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 6 – RIBEIRÃO PRETO
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 7 – SANTOS
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 8 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 9 – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA 10 – SOROCABA
Forma de assistência:
Nome:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Responsável:

Declaramos estar cientes de todas as condições estabelecidas no TERMO DE GARANTIA do Anexo I – Termo de Referência.

_____Local____, ____/ ____/ ____.

Assinatura

ANEXO I-F

DECLARAÇÃO (item 15.2.1.2. do Termo de Referência)

Pregão Eletrônico nº 90053/2026

_____, (nome da licitante) _____, CNPJ
nº _____, sediada _____
_____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para
os fins do Pregão em epígrafe, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- i. Os produtos ofertados atendem à especificação técnica exigida no **Anexo I-A** e os requisitos de sustentabilidade indicados no **item 6.1** do Termo de Referência (**Anexo I**);
- ii. Tem capacidade para atendimento à logística de entrega nas quantidades registradas, locais de entrega e prazos definidos nos **Anexos I, I-B e I-C**, e **item 6.3** do Termo de Referência (**Anexo I**).

_____, _____ de _____ de 20____.
(Local)

(Assinatura do responsável)

Nome: _____

Cédula de Identidade nº: _____



ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé
São Paulo - Capital

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Processo: 2026/022152
Pregão Eletrônico nº: 90053/2026
Tipo: Menor Preço
Data da Abertura da Sessão Pública: 28/05/2026 - Horário: 11:00

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*).
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*).
- 3) estar enquadrada como:
 - ☐ Microempresa (ME);
 - ☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
 - ☐ sociedade cooperativa;
 - ☐ Outras.
- 4) inexistente em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.
- 5) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

OBSERVAÇÃO: esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 6.7.8.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

ANEXO III

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/_____

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, _____, estabelecida(o) a _____, Município _____, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada(o) por _____ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE DECLARA e compromete-se:
 - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados nesta ata de registro de preços, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) _____ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE;
 - b) A armazenar os dados obtidos em razão dessa ata de registro de preços em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
- d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
- e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);

2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:

- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
- g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
- i) Encerrada a vigência da ata de registro de preços ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;

- j) A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, na presente ata de registro de preços. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, em decorrência da inobservância da LGPD na execução contratual;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Assinado Digitalmente)

EMPRESA DETENTORA DA ATA

(Assinado Digitalmente)

EMPRESA ADERENTE

(Assinado Digitalmente)

Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferencia
1	407629	Aparelho Ar Condicionado Modelo: Portátil, Capacidade Refrigeração: 12.000BTU, Tensão: 110V, Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	MATERIAL	Unidade		false
2	485550	Aparelho Ar Condicionado Modelo: Portátil, Capacidade Refrigeração: 12.000BTU/H, Vazão Ar: 430M3/H, Tensão: 220V, Características Adicionais 1: Com Controle Remoto	MATERIAL	Unidade		false



Anexo V -- Relatório do Resultado da Pesquisa de Preços

Relatório de Pesquisa de Preçosⁱ

Instrução Normativa TJSP nº 006/2024

Nº Processo: 2026/22152

1. Objeto (inc. I do art. 3º)

Sistema de Registro de Preços para aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado Portátil para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

2. Caracterização das fontes consultadas (inc. III do art. 3º)

Fonte	Descrição	Fls.
Banco de Preços (inc. I e II do art. 4º)	Plataforma contratada pelo TJSP para facilitar a pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública.	70-80
Compras.Gov (inc. I e II do art. 4º)	Ferramenta do Governo Federal que disponibiliza dados e informações de compras públicas.	81-84
PNCP (inc. I e II do art. 4º)	Portal Nacional de Contratações Públicas – sítio oficial em que estão publicadas as informações sobre as contratações públicas.	85-90
TJSP (inc. II do art. 4º)	Não foram utilizados dados de Contratações similares do próprio Tribunal de Justiça.	Não se aplica
Mídia especializada (inc. III do art. 4º)	Não foi utilizado dado de pesquisa publicada em mídia especializada/tabela de referência.	Não se aplica
Pesquisa direta com fornecedor (inc. IV do art. 4º)	Não houve pesquisa direta com fornecedores privados.	Não se aplica
Base Nacional de Notas Fiscais (inc. V do art. 4º)	Não foram utilizados dados de pesquisas da base Nacional de notas fiscais.	Não se aplica

3. Série de preços coletados (inc. IV do art. 3º) e indicação clara do valor estimado (inc. VIII do art. 3º)

AR-CONDICIONADO PORTÁTIL				
Item	Descrição	Quantidade	Preço de Referência	
			unitário	total
1	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 127 Volts	2.500	3.238,96	8.097.400,00
2	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 220 Volts	1.000	3.825,18	3.825.180,00

Os documentos que deram suporte aos preços estão instruídos às páginas 70 a 90.

O valor total de referência para a contratação é de **R\$ 11.922.580,00**.

4. Justificativa para a utilização, isolada ou combinada, dos parâmetros de pesquisa (inc. V do art. 3º) e inc. I e II do art. 4º)

Como parâmetros de pesquisa foram utilizadas fontes correlatas ao inciso I do art. 4º, resultado de consultas de outras licitações registradas em plataformas do Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas, páginas 70 a 90.

5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (inc. VI, art. 3º)

A definição do valor estimado foi feita com base na média de preços obtidos em plataformas de pesquisa: Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas.

6. Justificativa para metodologia aplicada (inc. VII do art. 3º)

Os resultados obtidos em registros das fontes de pesquisa relacionadas ao inciso I do artigo 4º, da IN 006/2024 foram suficientes para definição dos preços referenciais, que teve como base a média de preços resultantes de consultas às plataformas: Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas.

7. Justificativa para escolha dos fornecedores (inc. IX do art. 3º) e (inc. I do art. 4º)

Não houve pesquisa com fornecedores.

8. Servidores responsáveis (inc. II do art. 3º)

- Renata Velasques Abilio, matrícula: 355.474 – Escrevente Técnico Judiciário.
- Guaraci da Silva Ferreira, matrícula: 361.736 – Chefe de Seção.

9. Conclusão da pesquisa de preços realizada.

Trata-se de pesquisa de preços realizada para trâmite de procedimento de licitação com vista à aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado Portátil para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar de páginas 9 a 18 e Termo de Referência, páginas 32 a 47.

Serviram de parâmetros de pesquisa, os resultados obtidos em consultas ao Banco de Preços, Compras.Gov e Portal Nacional de Contratações Públicas, fontes correlatas ao inciso I do art. IV, da IN 006/2024, conforme documentado às páginas 70 a 90.

Para definição dos preços de referência, foi utilizada a média dos resultados obtidos nas consultas realizadas às plataformas citadas, conforme demonstrado no resultado da pesquisa, páginas 92-93.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
■ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

O código do produto cadastrado no catálogo Catmat consta relacionado no documento de página 91 e o registro do sistema SIAFISICO, no resultado de páginas 92-93.

Assim, encaminhamos para prosseguimento.

São Paulo, data registrada em sistema.

Renata Velasques Abilio
Escrevente Téc. Judiciário
SAAB 5.2.2.2

Guaraci da Silva Ferreira
Chefe de Seção
SAAB 5.2.2.2

Adriana A. M. Carvalhaes
Supervisora
SAAB 5.2.2

**Nº do processo:** 2026/00022152**Nº compra:** 0027/2026**Critério de julgamento:** Provimento CSM nº 2724/2023**Composição do preço:** Não excluir valores**Objeto:** Sistema de Registro de Preços para aquisição de Aparelhos de Ar-Condicionado Portátil para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.**Condições de pagamento:****Garantia/validade mínima:****Validade da proposta:****Data da pesquisa:** 24/02/2026

Órgão	Setor origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SAAB 5.3.1 - Serviço de Gestão de Contratos e Distribuição de Materiais Permanentes	0000002/2026	Despesa

Empresas que apresentaram preços	CPF/CNPJ	Contato	Telefone	E-mail	Validade prop.	Data envio prop.
P001 - BANCO DE PREÇOS - COTAÇÃO DE PREÇOS						
P002 - Compras.gov.br						
P003 - Portal Nacional de Contratações Públicas						

Valores a licitar**Lote 1 - Lote único.**

Nº	Código	Descrição lote/item	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	Referência	Total
0001	12.0314	APARELHO DE AR-CONDICIONADO PORTÁTIL 12.000 BTUs - 127 Volts	UNID	2.500		5519551	3.368,96	3.300,00	3.047,92	3.238,96	8.097.400,00
0002	12.0315	APARELHO DE AR-CONDICIONADO PORTÁTIL 12.000 BTUs - 220 Volts	UNID	1.000		4320581	3.825,50	3.691,33	3.958,72	3.825,18	3.825.180,00
Valor total da proposta por participante:							12.247.900,00	11.941.330,00	11.578.520,00	7.064,13	11.922.580,00

Valor total da licitação	11.922.580,00
---------------------------------	----------------------

Informações do contrato**Nº Pedido:** 0000002/2026**Tipo de contratação:** Licitação



Existe contrato vigente para o objeto: Não

Objeto deste pedido está inserido na Proposta Orçamentária Setorial(POS) vigente? Sim

ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob n.º 51.174.001/0001-93, isento de Inscrição Estadual, com sede no Palácio da Justiça, situado à Praça da Sé, s/nº - Centro – CEP 01018-010 – São Paulo – SP, neste ato representado pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, o Excelentíssimo Desembargador, doravante designado **TJ/SP**, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu Estatuto Social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº XXXX/2026 – Processo nº 2026/22152**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023, Provimento nº 100/2024, Instruções Normativas nº 06/2024 e 17/2025 desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n.º 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, bem como de toda a legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis, mediante condições e cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado portáteis, para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com entrega em qualquer Município do Estado de São Paulo, que constituem um Lote Único, em conformidade com os Anexos a seguir, que ficam fazendo parte integrante desta Ata:

- 1.1.1-** Anexo I - Termo de Referência;
- 1.1.2-** Anexo I-A - Especificação Técnica;
- 1.1.3-** Anexo I-B - Mapa das Regiões Administrativas;
- 1.1.4-** Anexo I-C- Locais de Entrega – TJSP;
- 1.1.5-** Anexo I-D- Termo de Garantia;
- 1.1.6-** Anexo II - Proposta Comercial;
- 1.1.7-** Anexo III - Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados;
- 1.1.8-** Anexo IV - Catálogo de Materiais (CatMat);
- 1.1.9-** Anexo V – Cadastro de Reserva;
- 1.1.10-** Anexo VI - Minuta de Contrato a ser celebrado;

1.2- Catálogo de Materiais (CatMat): Conforme Anexo IV

- 1.3-** Fica vedada a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos exclusivamente para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo o único contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 2.1-** O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio da **SAAB 5.3 – Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes e Controle Patrimonial**, cabendo a esta unidade a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, bem como as solicitações para emissão dos Termos de Contrato, Anexo VI desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTROLE DOS TERMOS DE CONTRATO

- 3.1-** As solicitações de parcelas de fornecimento ficarão a cargo da **SAAB 5.3 – Coordenadoria de Distribuição de Materiais Permanentes e Controle Patrimonial** e o controle e a elaboração dos Termos de Contrato a cargo da SAAB 6.1.1.1 – Seção de Formalização de Contratos de Informática, Fornecimento e Registro de Preço.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1-** Os preços, as quantidades e os produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados no Anexo II – Proposta Comercial, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

Item	Código	Descrição resumida	Qtde. máxima total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	12.0314	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 127 Volts	2.500		
2	12.0315	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 220 Volts	1.000		

Observação: As quantidades aqui constantes são estimativas, referindo-se a previsão de consumo para período de 1 (um) ano da vigência desta Ata.

- 4.2-** O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO CADASTRO DE RESERVA

5.1 - Consta como anexo a esta Ata, o cadastro de reserva referente aos licitantes que:

5.1.1 - aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e

5.1.2- dos licitantes que mantiveram sua proposta original.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1- O recebimento provisório e definitivo do objeto licitado deve ser realizado na forma do Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do Art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023;

6.2- Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência;

6.3- O recebimento provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I – Termo de Referência.

6.4- Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(a) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços.

6.5- O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento, deverá ser efetuado com base no objeto licitado e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.

6.6- Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços registrados, os seguintes aspectos:

a) a qualidade do material e dos produtos empregados;

b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração;

c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas nesta Ata e demais anexos.

6.7- Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas nos Anexos deste instrumento, a DETENTORA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE RP

7.1- A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TJ/SP, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades, conforme indicado no Item 10.1 do Anexo I – Termo de Referência.

- 7.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência deste Tribunal.
- 7.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o TJ/SP registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à DETENTORA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 7.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato, a cada seis meses contados da assinatura do contrato, solicitará a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação ou do aviso de contratação direta, a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial.
- 7.5-** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à DETENTORA seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- 8.1-** O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.2-** Nos termos do Provimento CSM nº 100/2024, art. 28, §3º, as quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.
- 8.3-** A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.
- 8.4-** No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do caput do art. 82 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1.** O prazo para pagamento será em conformidade com o item 10.5.5 do **Anexo I – Termo de Referência**.
- 9.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não

Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a DETENTORA comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.

- 9.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 9.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (DETENTORA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 9.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **item 9.2.**
- 9.5.2.** A DETENTORA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no quadro de dados da DETENTORA.
- 9.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no edital de licitação, na nota de empenho, na Ata de Registro de Preços e seus anexos ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (DETENTORA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **item 9.1** será interrompido.
- 9.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 9.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e.**
- 9.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NF- e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 9.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

- 9.7. Deverão ser observadas as regras adicionais específicas de condições de pagamento previstas no subitem 10.5, em consonância com o item 10.8, todos do Anexo I – Termo de Referência.
- 9.8. Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 9.9. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 4.4.90.52.34 – Fonte 275530001.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 10.1- Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no Anexo I - Termo de Referência;
- 10.2- O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2- Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários, resultantes deste Registro de Preço, além de outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a realização do fornecimento, objeto deste ajuste;
- 10.3- Efetuar as entregas até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta (total registrado).
- 10.4- Suportar as obrigações de entregas em todas as Regiões Administrativas das quais a DETENTORA sagrou-se vencedora, sem possibilidade de escalonamento de datas e/ou entregas, respeitados os prazos estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência;
- 10.5- Suportar as despesas inerentes à logística, transporte, tributos, seguros de equipamentos, materiais e pessoal, inclusive de hospedagem e alimentação se houver;
- 10.6- Zelar para que seus(suas) representantes, que terão acesso ao local de entrega, estejam uniformizados e devidamente identificados;
- 10.7- Substituir, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeito, através de substituição por outro com características e qualidade igual ou superior, sem ônus ao **TJ/SP**, respeitadas as disposições da Lei nº 10.078/1990;
- 10.8- Efetuar a reposição de qualquer material danificado durante o processo de logística e entrega, obedecendo sempre às especificações originais;
- 10.9- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo **TJ/SP** ou por seus prepostos;

10.9.1. Para cumprimento desse item, a DETENTORA deverá disponibilizar canal de atendimento via telefone ou por e-mail.

10.10- Acompanhar o desenvolvimento da execução do serviço, corrigindo prontamente qualquer falha apresentada;

10.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do Inciso XVII, Artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.11.1 - Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item 10.14, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

10.12- A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contrato não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de incluir o contrato.

10.12.1- Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada a alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

10.12.1.1- Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

10.12.1.2- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

10.12.1.3- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

10.13- Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o subitem 10.15, e as respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização do termo aditivo na hipótese de que trata o item 10.15.1.

10.14 -Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020

10.14.1 - O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;

10.14.2 - Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

10.14.2.1- Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

10.14.2.2- Nome da empresa contratada;

10.14.2.3- Descrição sucinta dos acontecimentos.

10.14.3 - A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br;

10.14.4-A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557;

10.14.5-Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO TJ/SP

11.1- Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

11.2- Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos.

11.3- Prestar à DETENTORA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

11.4- Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da DETENTORA;

11.5- Prestar o apoio e esclarecimentos técnicos necessários ao desenvolvimento de sistema para integração via *webservice* com o sistema de pedidos do TJSP;

11.6- Permitir amplo e livre acesso às localidades para entrega dos bens, observando as normas internas de segurança.

11.7- O TJ/SP terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1- O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de 24/02/2026, data do orçamento estimado, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

12.2- Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12.3- É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

12.3.1- Caso seja(m) realizado(s) reajustamento(s) dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajustamento dos preços desta ata anterior à celebração da referida contratação. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

12.4- É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

13- Negociação dos preços registrados

13.1- Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

13.1.1- Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2- O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

13.1.2.1- Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observada a ordem de classificação, os requisitos de habilitação e eventual exigência de amostras, se houver.

13.1.2.1.1- O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto na Cláusula Décima Sétima, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

13.2- Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 13.2.1.

13.2.1- O requerimento a que alude o item 13.2 deverá observar o disposto no item 12.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

13.2.2- Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 13.2 e 13.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da Cláusula Décima Sétima, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.3- Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 13.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observada a ordem de classificação, os requisitos de habilitação e eventual exigência de amostras, se houver.

13.2.3.1- O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos da Cláusula Décima Sétima, e adotará as medidas cabíveis para a

obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

13.2.4- Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 13.2 e 13.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1- Aplicam-se às obrigações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Provimento CSM nº 2.724/2023, Capítulo XII, do TJ/SP e subitem 10.9 do Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1- As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas desta Ata e do Edital, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como toda a legislação atinente à matéria.

15.2- Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o TJSP não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3- O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:

15.3.1- A DETENTORA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

15.3.2- A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções

administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

15.3.3- A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

15.3.4- A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

15.4- No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16-1 -Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a empresa detentora da ata e eventuais aderentes deverão declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, Anexo III desta Ata de Registro de Preços, para todas as contratações que dela advirem.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1- O registro do fornecedor e dos preços registrados poderão ser cancelados na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

17.1- Para dirimir as questões oriundas desta Ata, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de São Paulo.

17.2- Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

Nada mais, lido e achado em conformidade, vai assinada pelas partes, atendidas as formalidades legais.

NOME REPRESENTANTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(assinado digitalmente)

DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA

CNPJ:

Rua

Fone:

E-mail:

Representante: (nome), RG nº (xxxxxxx) e CPF nº (xxxxx)

(assinado digitalmente)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

ANEXO V – MODELO DE CADASTRO RESERVA

- 1- Constitui o presente anexo, o CADASTRO RESERVA à Ata Registro De Preços, para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado portáteis, para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com entrega em qualquer Município do Estado de São Paulo, que constituem um Lote Único, obedecendo à ordem de classificação, conforme descrito abaixo:

- 1.1- Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 5.1.1 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços (preços iguais ao da detentora da ARP):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

- 1.2- Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 5.1.2 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços (manutenção da proposta original):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

*Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a **[NOME DA EMPRESA]**, para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado portáteis, para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com entrega em qualquer Município do Estado de São Paulo, que constituem um Lote Único, constante do Processo nº 2026/22152, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº XXXX/XX**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar nº 123/06, e do Provimento CSM nº 2.724/2023 e Provimento nº 100/2024, , Instruções Normativas nº 06/2024 e 17/2025 desta Corte, desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça n.º 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo [____cargo do representante____], o Dr. [____Nome do Representante____], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____.____.____-____] e do C.P.F. nº [____.____.____-____], e a **[NOME DA EMPRESA]**, estabelecida na [____Endereço, Cidade e Estado____], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº [____.____.____/____-____], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (a) [____cargo do representante____], o Sr (a) [____Nome do Representante____], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____.____.____-____] e do C.P.F. nº [____.____.____-____], assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1-** O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado portáteis, para a utilização em Gabinetes e demais setores das Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com entrega em qualquer Município do Estado de São Paulo, que constituem um Lote Único, em conformidade com os Anexos a seguir:

- 1.1.1- Anexo I – Termo de Referência;
- 1.1.2- Anexo I-A - Especificação Técnica;
- 1.1.3- Anexo I-B - Mapa das Regiões Administrativas;
- 1.1.4- Anexo I-C – Locais de Entrega - TJSP;
- 1.1.5- Anexo I-D- Termo de Garantia.
- 1.1.6- Anexo II – Proposta Comercial;
- 1.1.7- Anexo III - Catálogo de Materiais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS LOCAIS DE ENTREGA

Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser entregues nos locais constantes no Anexo I-C.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DAS ENTREGAS

- 3.1- A CONTRATADA deverá entregar os produtos, objeto desta contratação, **no prazo de até 45 dias corridos**, conforme o item 8.1 do TR, contados a partir do recebimento da ordem de entrega.
- 3.2- A entrega do objeto desta contratação deverá ser feita nos locais conforme indicado na Cláusula Segunda, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.
- 3.3- Todos os produtos que, porventura, apresentarem defeitos de fabricação ou em desacordo com o especificado, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 3.4- Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, tendo proporcionada a devida proteção durante o transporte, garantida a integridade, bem como contidas as informações necessárias à identificação dos produtos e segurança.
- 3.5- Os produtos deverão ser novos e sem uso anterior.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1- A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do Anexo I – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:
 - 4.1.1- Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
 - 4.1.2- Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.

- 4.1.3-** Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.
- 4.1.4-** Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
- 4.1.5-** Aceitar os acréscimos ou supressões no objeto contratual, a critério do CONTRATANTE, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.1.6-** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do Inciso XVII, Artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.1.6.1 -** Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item 4.1.6 com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- 4.2-** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contrato não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de incluir o contrato.
- 4.2.1-** Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada a alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:
- 4.2.1.1-** Sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 4.2.1.2-** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- 4.2.1.3-** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**
- 4.3-** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o subitem 4.2, e as respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização do termo aditivo na hipótese de que trata o item 4.2.1.
- 4.4-Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020**
- 4.4.1-** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;
- 4.4.2-** Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

- 4.4.2.1-** Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;
- 4.4.2.2-** Nome da empresa contratada;
- 4.4.2.3-** Descrição sucinta dos acontecimentos.
- 4.4.3-** A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br;
- 4.4.4-** A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557;
- 4.4.5-** Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
- 5.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
- 5.1.2-** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.
- 5.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou seus empregados em serviço.
- 5.2-** O CONTRATANTE terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, nos termos do Capítulo IX do Provimento nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades.
- 6.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização e do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência deste Tribunal.

- 6.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o CONTRATANTE registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 6.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato, a cada seis meses contados da assinatura do contrato, solicitará a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação ou do aviso de contratação direta, a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial.
- 6.5-** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI), do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS BENS

- 7.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual devem ser realizados na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 7.2-** Os prazos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I.
- 7.3-** O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I.
- 7.4-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(a) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 7.5-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento, será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levar em conta aspectos qualitativos e quantitativos do fornecimento.
- 7.6-** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a)** a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - b)** a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e
 - c)** o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.
- 7.7-** Caso o fornecimento não seja efetuado nas formas previstas nos Anexos deste Contrato, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS

Os preços unitários e totais por item, estão descritos na Proposta Comercial, Anexo II, conforme quadro abaixo:

Item	Código	Descrição resumida	Qtde. máxima total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	12.0314	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 127 Volts	2.500		
2	12.0315	Aparelho de Ar-Condicionado Portátil 12.000 BTUs – 220 Volts	1.000		

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1-** O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura.
- 9.2-** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3-** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento;
- 9.4-** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento
- 9.5-** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 9.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **subitem 9.2**.
- 9.5.2-** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.
- 9.5.3-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **subitem 9.1** será interrompido.
- 9.5.4-** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares

- 9.6-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**
- 9.6.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NFe ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica
- 9.6.2-** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 9.7-** Deverão ser observadas as regras adicionais específicas de condições de pagamento previstas no subitem 10.5, em consonância com o item 10.8, todos do Anexo I – Termo de Referência.
- 9.8-** Será realizada a retenção do Imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **24/02/2026**, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência, observando-se ainda, as orientações pertinentes, descritas na Ata de Registro de Preços da qual se originou este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 11.1-** O valor total do presente contrato é de R\$ __, __ (____).
- 11.2-** As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da classificação da despesa 4.4.90.52 – Fonte 275530001 da dotação orçamentária consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão à conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 12.1 -** O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato pela CONTRATADA.
- 12.2 -** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 12.2.1 -** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a)** o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução o contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA

- 13.1-** A garantia contra vícios e defeitos de fabricação terá vigência mínima de 12 (doze) meses, nos termos do subitem 6.2, do Anexo I – Termo de Referência.
- 13.2-** Os produtos deverão ser garantidos contra quaisquer defeitos de embalagem, transporte ou descarga nos locais de entrega, por prazo indicado na proposta e nunca inferior ao constante nas condições estabelecidas neste contrato, devendo a CONTRATADA substituir por sua própria conta e nas condições descritas neste contrato e seus anexos, os materiais que forem recusados por defeitos ou apresentarem avarias que comprometam seu uso regular e adequado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 14.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 14.2-** Em caso de ocorrência, as sanções serão procedidas conforme descrito no item 10.9 do Anexo I – Termo de Referência.
- 14.3-** A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 14.4-** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 14.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **proibida de licitar e contratar, através da declaração de inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.4.1-** As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais

grave que a sanção referida do subitem 14.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 14.4.

- 14.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.6-** Independentemente da efetivação da rescisão contratual, fica facultado ao CONTRATANTE a retenção de quaisquer importâncias devidas a CONTRATADA para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 14.7-** O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 14.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS NORMAS

- 16.1-** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório e aos da proposta da CONTRATADA, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com a citada lei.
- 16.2-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e rescindir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 16.2.1-** A CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do CNJ);
- 16.2.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de

servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

16.2.3- A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

16.2.4- A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e terá seu extrato publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1- Para dirimir as questões oriundas desta Ata, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de São Paulo.

18.2- Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

NADA MAIS. Lida e achado conforme pelas partes, lavrou-se este contrato, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

São Paulo, *data registrada em sistema.*

[REPRESENTANTE DO TRIBUNAL]

[____ cargo do representante____]
(assinado digitalmente)

[REPRESENTANTE DA EMPRESA]

[____ cargo do representante____]
(assinado digitalmente)